

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 27 DE AGOSTO DE 2009

NÚMERO 6.079

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2079
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Atos da Mesa**

Ato da Mesa DI 2

Publicações Diversas

Audiência Pública 2
Ata da Procuradoria 19
Ata de Comissão Permanente
..... 20
Aviso de Licitação 20
Decreto Legislativo 20
Extratos 20
Ofício 21
Portaria 21
Projetos de Lei 21

ATOS DA MESA**ATO DA MESA DL****ATO DA MESA Nº 049-DL, de 2009**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Elizeu Mattos para ausen-

tar-se do País, no período de 07 a 16 de setembro do corrente ano, a fim de participar da Comitativa que irá acompanhar o Vice-Governador do Estado à Espanha.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de agosto de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE SOBRE OS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA INDÚSTRIA DE FOSFATOS CATARINENSE - IFC, DE ANITÁPOLIS, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2009, ÀS 16H, NO AUDITÓRIO DA ALESC.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) -
Senhoras e senhores, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública proposta pelo excelentíssimo deputado Décio Góes para debater os impactos socioeconômicos e ambientais da indústria de fosfato catarinense, a ser implantada no município de Anitápolis.

Convidamos para tomar assento à mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: excelentíssimo senhor deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; excelentíssimo senhor deputado Professor Grandó, membro da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; excelentíssima senhora deputada Angela Albino; excelentíssimo senhor deputado Sargento Amauri Soares; senhor promotor de justiça Luís Eduardo Souto, neste ato representando o Ministério

Público estadual; senhor Murilo Flores, presidente da Fatma; senhor Osvaldo Balbino, diretor-geral, representando o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Braço do Norte; excelentíssimo senhor Mério César Goedert, prefeito de Rancho Queimado; excelentíssimo senhor Celso Heidemann, prefeito de Santa Rosa de Lima; senhor Wilson Schmidt, diretor do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina; senhor Volnei Heidemann, presidente da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco); senhora Vânia Sangalli, promotora de justiça da comarca de Santo Amaro da Imperatriz; excelentíssimo senhor Vereador Haroldo Silva, representando as Câmaras Municipais da região das encostas da Serra Geral; excelentíssimo senhor deputado Renato Hinnig, vice-presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; e senhor José Valter Dresch, representando a Fetaesc. (*Palmas.*)

O cerimonial comunica aos interessados em fazer uso da palavra que deverão fazer suas inscrições na mesa de registro de autoridades.

Com a palavra o excelentíssimo presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Décio Góes, para a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Uma boa-tarde a todos os presentes que acolheram o nosso convite.

Quero saudar todas as entidades que solicitaram a realização desta audiência pública, prefeituras, Câmaras; saudar a mesa já nominada e agradecer a presença das seguintes autoridades: Celso Bloemer, vice-prefeito de Rio Fortuna; vereador Ricardo Sell, vice-presidente da Câmara Municipal de Rancho Queimado; Círio Vandresen, vice-presidente da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco); vereador Cleber Manoel da Silva, representando a Câmara Municipal de Braço do Norte; Mário Siebert, secretário de Administração do município de Rio Fortuna; Murilo da Rosa Bittencourt, secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Braço do Norte; Ademir Milo Motta da Silva, secretário de Educação do município de Gravatal; Herman Gustavo Medranio, secretário da Reliplam-Brasil; Jair Vieira, representando o deputado federal Jorge Boeira; Gervásio Loffi, gerente de Agricultura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Braço do Norte; Gemerson Della Giustina, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Braço do Norte; Juliano Ranzolin, representando o secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, deputado Onofre Santo Agostini; e vereadora Arlete Bloemer de Souza, presidente da Câmara Municipal de Rio Fortuna.

Como falei anteriormente, a nossa audiência pública foi solicitada por um conjunto de lideranças da região da encosta da Serra Geral, principalmente, e também do Vale do Rio Tubarão. E convidamos, além de autoridades públicas, Ministério Público, as autoridades do governo estadual, como a Fatma, e também as representações da região e a empresa IFC. A empresa fez contato comigo no meio da semana passada dizendo que era pouco tempo para se preparar e que não poderia estar neste evento. Nós chegamos até a pensar em adiar a audiência, mas os solicitantes pediram que mantivéssemos a data pelo entendimento de que essa era a primeira. Então, provavelmente teremos outras oportunidades, porque é um projeto extremamente complexo, altamente impactante, e pelo que a gente percebeu nas nossas andanças pela região, em contato com as lideranças, de modo geral a população, no sentido mais amplo da palavra, não tem a mínima noção do tamanho do empreendimento, da complexidade envolvida nesse empreendimento. Então, há uma carência generalizada de informações.

Nós também sentimos nas nossas conversas que a imprensa não tem dado a visibilidade necessária para esse tema, e isso também contribui para essa falta de informação da população, que necessita, portanto, de espaços como este para os devidos esclarecimentos. O presidente da Fatma tinha um outro compromisso em São Francisco do Sul, mas conseguiu alterar para poder nos dar a honra da sua presença.

Portanto, nós vamos desenvolver esta audiência com esse espírito, de trocarmos informações, criando um juízo de valores sobre o empreendimento e sobre as medidas que envolvem um empreendimento desse porte para minimizar os seus impactos. Enfim, esta audiência tem esse sentido da informação, do esclarecimento.

A ideia é concedermos a palavra inicialmente para cada deputado presente por até três minutos; depois a Fatma faria uma apresentação, através de seu presidente, por até dez minutos; depois o Ministério Público estadual; a Fetaesc, representando a atividade econômica principal da região; os prefeitos de Rancho Queimado e de Santa Rosa de Lima; a Associação Montanha Viva, que é um dos requerentes desta audiência pública; a Agreco; o professor Wilson Schmidt, representando o acúmulo das instituições de nível superior nessa área; e o vereador Haroldo Silva, de Tubarão. Após essas falas nós abriríamos a palavra para dez intervenções da plenária e na sequência faríamos os encaminhamentos, de tal forma que mais ou menos em duas horas consigamos cumprir a nossa tarefa de dar esse primeiro passo, sabendo que não vamos esgotar esse tema tal a sua complexidade; mas daremos esse primeiro e importante passo no sentido de buscar um esclarecimento amplo, geral e irrestrito sobre esse projeto.

Eu gostaria de chamar para também compor a mesa o Jorge Albuquerque, que é presidente da ONG Associação Montanha Viva (*palmas*) e que depois fará uma apresentação, bem como agradecer a presença do Edson Ricardo Rachadel, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz.

Passamos, de imediato, a palavra ao deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR GRANDÓ (SC) - O nosso boa-tarde, desejando muita saúde e felicidade.

Eu peço licença ao meu presidente, com toda a humildade, para chamar o deputado Lício, que também é parlamentar dessa região como nós, para compor a mesa.

Qual é o nosso papel? Como parlamentar, como Poder Legislativo, é ser mediador, na Comissão de Turismo e Meio Ambiente, nas discussões técnicas. E quando se trata de audiência pública, ela será mais produtiva quando envolver os representantes de todos os setores para que possamos ampliar a discussão. Nós estamos aqui para ouvir, para aprender. O nosso objetivo é que esta reunião tenha o máximo de produtividade, mas com certeza haverá outras e nós continuaremos nos colocando à disposição como parlamentar da região, como membro da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, para que se ouça todas as partes e assim se construa a democracia. O processo democrático não é fácil, vai também exigir de todos nós conhecimento, mas para isso nós temos mecanismos na universidade, no Ministério Público, com os técnicos de análise de projeto, que deve ser totalmente transparente e disponível ao público, como é o caso de uma conquista mundial que se chama EIA-Rima. Todos nós temos o direito de analisar o projeto, discutir sobre ele, questioná-lo.

Desejo uma boa participação a todos e nos colocamos à disposição. Eu peço perdão antecipadamente, mas não vou poder permanecer o tempo todo, porque tenho que viajar. Fiz um sacrifício para estar aqui presente, mas terei que sair depois de um certo tempo.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, deputado Grandó.

Queria refazer o convite ao deputado Lício Mauro da Silveira para compor a mesa e também fazer uma breve intervenção.

Queria também justificar a ausência do prefeito de Anitápolis, Saulo Weiss, que me mandou um *e-mail* dizendo que já tinha agendado a marcha dos prefeitos, embora considerasse esta audiência importante, mas que estaria à disposição para as próximas oportunidades.

Passamos a palavra à deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ANGELA ALBINO (SC) - Boa-tarde a todos e a todas. Vocês vejam o que é a coincidência do mundo: justo o prefeito de Anitápolis tinha uma agenda para hoje. Que pena essa coincidência!

Eu quero cumprimentar, na pessoa do prefeito Mério, a postura corajosa da administração de Rancho Queimado, que tem sido bastante clara na sua posição. E parece que é isso o que nós precisamos definir. Existem dois lados, não dá para fazer de conta que é possível conciliar, ou se é possível conciliar, de que forma? Se há mesmo uma disposição do lado que vem trazer a grande novidade de apresentar uma proposta conciliatória que...

Eu participei de uma primeira reunião em Santa Rosa de Lima, apenas como ouvinte, eu não estava na Assembleia naquele momento, e vi com grande espanto que há uma série de angústias, de questionamentos, de perguntas das pessoas, e apenas um lado comparece. Eu acredito inclusive, deputado Décio, que nós precisamos trazer quem está defendendo a indústria fosfateira; essas pessoas têm que vir nesses debates. Nós precisamos entender por que tem alguém defendendo o que para nós... Eu sou aqui de Florianópolis e em relação às obras de grande monta, não é, Tereza, a gente já fica preocupada. Nos ambientes frágeis, do ponto de vista ambiental, com certeza tudo que é grande precisa ser olhado com muito cuidado. Por isso eu tenho me preocupado com o desenrolar desses debates, porque nós conseguimos reunir um número significativo de pessoas dispostas a dizer "eu estou preocupada", mas até agora eu não consegui sentar a uma mesa que tivesse alguém dizendo "eu sou a favor e sou a favor por causa disso", a não ser o de sempre, a não ser as questões de sempre que priorizam o lucro, priorizam a exploração em detrimento da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente.

Eu quero saudar o deputado Décio Góes, que traz esse debate para a Assembleia Legislativa, a vocês que se dispuseram a fazer, muitos de vocês, uma longa viagem para estar na tarde de hoje fazendo este debate. Parece-me, deputado, que o caminho é justo esse: não é um problema de

Anitápolis, não é um problema de Rancho Queimado, não é um problema sequer da região; é um problema do povo catarinense, e um problema particularmente da nossa geração e do que nós queremos deixar para as gerações que nos sucederão.

Uma boa-tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Quería agradecer a presença do engenheiro Francisco Beltrame, secretário executivo do Comitê da Bacia do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, e de Ivonete Morais, coordenadora estadual da Comissão Pastoral da Terra/Santa Catarina.

Passo a palavra ao deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Quero cumprimentar o deputado Décio Góes, que preside esta audiência pública, parabenizando-o pelo acolhimento dessa demanda da sociedade; os demais colegas deputados; os representantes do Ministério Público; os prefeitos presentes; os representantes dos agricultores e da sociedade em geral.

Eu vim para esta audiência pública para também me aprofundar, para tomar conhecimento desse assunto específico que envolve a região da Grande Florianópolis, que envolve a qualidade de vida de um enorme contingente de pessoas. E tudo o que acontece nessa região, evidentemente que diz respeito a todos nós, catarinenses, a todas as pessoas da sociedade.

A violência contra o meio ambiente praticada no Japão nos afeta aqui, de forma que essa daqui possivelmente também afete toda a humanidade, com as consequências ulteriores. É evidente que a necessidade econômica existe. A sociedade cresce, se desenvolve e precisa das condições materiais para continuar sobrevivendo, para continuar se reproduzindo. No entanto, cabe a cada um de nós como membro dessa sociedade, especialmente àqueles que ocupam um cargo público, fazer uma reflexão em cima da velocidade que se pretende impor nesse processo de produção e reprodução da vida.

Boa parte das iniciativas econômicas tem sido de uma degradação ambiental irresponsável. Particularmente, acho bastante complexo que um assunto de interesse da soberania nacional esteja subordinado aos interesses de monopólios privados, que já têm uma larga ficha de desrespeito ao sentimento do povo brasileiro com relação à saúde, com a questão dos transgênicos etc. Esse é um debate que não foi resolvido pela sociedade brasileira e que parece não se pretende seja resolvido.

A nossa posição vai estar ao lado dos pequenos agricultores, das pessoas que sempre viveram na região e que precisam da preservação daquele espaço como possibilidade de sobrevivência (*palmas*).

Nos últimos anos nós temos percebido iniciativas sempre com argumentos de oferecer o céu na terra, de não sei quanto milhares de empregos, sempre falam de milagres nesse sentido, falam de um progresso, mas imagino até que a maioria das pessoas que mora naquela região não tem sequer o interesse de ter o progresso que existe, por exemplo, no centro de São Paulo, na Capital da maior cidade do País. Com certeza vivem melhor em Anitápolis, em Santa Rosa de Lima, nas demais cidades da região, em Rancho Queimado, em Águas Mornas, em Braço do Norte, em Rio Rufino do que viveriam numa metrópole como São Paulo.

Então, eu creio que não interessa para a maioria da população daqueles municípios falar desse progresso, e nós nos colocaremos ao lado dos pequenos agricultores, que são a maioria, com certeza, dos moradores daquela região, ao lado da defesa da vida e contra qualquer interesse monopólico de enriquecimento à custa da saúde, do futuro da nossa região e da nossa sociedade em geral.

Muito obrigado, senhor presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Muito obrigado, deputado. Quero anunciar e agradecer a presença da secretária de Turismo do município de Urubici, senhora Nádia Corrêa de Oliveira. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao deputado Renato Hinnig, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG (SC) - Senhor presidente, cumprimento V.Exa. e todos os membros da

Comissão de Turismo e Meio Ambiente pela iniciativa da realização desta audiência pública; cumprimento todos os integrantes da mesa (não vou citá-los nominalmente para ganharmos tempo); os senhores prefeitos e vereadores; todas as lideranças que aqui se fazem presentes.

Para tudo que se empreende na vida, nós precisamos e procuramos nos cercar de segurança. E nós precisamos discutir essas questões para termos segurança do que vai acontecer. É inegável que a região de Anitápolis, como de resto todos os municípios circunvizinhos, precisa da geração de empregos, precisa melhorar a atividade econômica desenvolvida no âmbito de cada município, mas para que isso aconteça nós precisamos estar seguros de que são empreendimentos que vão trazer emprego, que vão trazer melhoria na atividade econômica, que o nosso meio ambiente ficará preservado e que todo esse esforço que está sendo feito pelos prefeitos, pelos vereadores, pelas entidades, como a Agreco, no sentido de valorizar a agricultura sem agrotóxico, consiga continuar evoluindo, não se perdendo esses valores de conscientização que estão sendo trabalhados há muito tempo na população desses municípios.

Eu tenho acompanhado o trabalho dos prefeitos, dos vereadores e das diversas lideranças no sentido de melhorar a questão do turismo nesses locais, e para que isso tudo continue acontecendo e se desenvolvendo... Esta é uma bela maneira de nós avançarmos, e é verdade que muito devagar, mas estamos conseguindo perceber avanços, e precisamos continuar nesse ritmo. Por isso reputo da maior importância esta audiência para que a gente consiga amadurecer esse investimento que vai acontecer e absorver mais conhecimentos, porque eu também me incluo entre aqueles que não estão seguros, já que eu não tenho conhecimento suficiente para opinar definitivamente a respeito desse assunto.

Fico feliz pelo fato de tantas pessoas estarem aqui e tantas autoridades, que certamente conhecem muito melhor esse assunto e nos trarão luzes a fim de podermos firmar o nosso convencimento.

Desejo a todos uma boa tarde de trabalho e muito obrigado por essa oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Góes) - Obrigado, deputado Renato Hinnig.

Eu queria também agradecer pela transmissão ao vivo desta audiência que a TVAL está fazendo, que neste mês comemora dez anos de serviços prestados à sociedade catarinense.

Concedemos a palavra ao deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Boa-tarde, presidente, demais componentes da mesa, senhoras e senhoras, eu não pertencço à Comissão de Turismo e Meio Ambiente, mas como deputado da região não poderia deixar de estar presente a esta audiência.

É um assunto extremamente palpitante e já vem sendo discutido, não no caso específico da construção agora da Bunge e da Yara, mas o problema do fosfato já vem sendo discutido há muito tempo aqui em Santa Catarina, com tentativas que não evoluíram. Até na época foi feito, se não me engano, por uma empresa de fertilizantes chamada Trevo esses primeiros estudos, que não foram adiante.

Bom, de um lado nós temos o aspecto econômico, de outro lado nós temos o aspecto da proteção ambiental. Essa fábrica se situa praticamente às margens do vale do Rio Pinheiros e como consequência, em direção ao sul, nós vamos a Braço do Norte, passando por Santa Rosa de Lima, podendo chegar a Tubarão.

Eu acho que quando lidamos com o meio ambiente, como na semana passada que nós lidamos com um problema de saneamento, que é um problema sério, nós temos que tomar muito cuidado. Todos nós sabemos que o fosfato é um insumo básico do agricultor e que buscamos esse fosfato principalmente aqui em Curitiba, em Almirante Tamandaré e algumas outras regiões. Mas o que temos que levar em consideração, que ver mais de perto é o problema com relação ao meio ambiente, ao impacto ambiental. Isso é fundamental.

E eu fico muito contente ao ver que cada vez mais a população participa desses debates. Isso é de extrema

importância. Há muitos anos não tínhamos a presença marcante da população, às vezes porque era mal informada, às vezes porque não tinha interesse etc. A cada dia que passa a população está ficando mais ativa, mais exigente, e é assim que ela tem que se comportar mesmo. Quem quiser fazer um investimento, quer seja privado ou de origem governamental, tem que provar por a + b e por + c que aquele investimento realmente vem ao encontro da sociedade no sentido ambiental e econômico.

Fala-se muito. Uns dizem que são quatrocentos empregos, outros que são oitocentos empregos, tem gente que chega a falar em dois mil empregos, mas tudo isso para mim não é verdade. Nós não sabemos qual é o impacto. Instalamos uma empresa aqui perto de Barra Velha, Décio, a Cebace, maior fábrica de vidros planos da América do Sul, a mais moderna e a maior, e naquela ocasião ela não teve problema com relação ao impacto ambiental, mas com relação ao emprego: diziam que iria gerar oitocentos empregos, mas no fim geraram duzentos, e não foram nem pessoas da cidade, porque lá não tinha gente capacitada para responder à demanda técnica exigida pela empresa.

Anitápolis e os municípios que serão envolvidos nisso, quer queiram ou não... Essa é uma corrente, pode chegar até Tubarão, no Complexo Lagunar. E eu vou contar um fato para vocês que vivenciei como presidente da Casan. Certos suinocultores de Braço do Norte, não estou aqui querendo... foi um fato, à noite, no tratamento dos dejetos de suínos, liberaram as suas (*ininteligível*) para o rio e nós ficamos sem ter água potável durante 48 horas em Tubarão. Foi um caos!

Então, quando se discute esses assuntos, que são de importância para o Estado, temos que ver principalmente o que é importante para a população. E mais importante para a população, para mim, é o respeito ao meio ambiente. Graças a Deus aqui estão os técnicos, e eu gostaria de escutá-los, mas também estou sabendo por V.Exa. que não vieram aqui as duas empresas, a Bunge e Yara, que são as responsáveis por isso aí. Mas acredito que outros órgãos que fizeram os levantamentos específicos poderão nos dar uma visão e que possamos discutir muitas e muitas vezes até chegarmos aquilo que queremos, ou seja, ao que é bom para a sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, deputado Lício Mauro da Silveira.

Entrando na segunda etapa da nossa audiência, concedemos a palavra ao senhor Murilo Flores, presidente da Fatma, que nos mostrará uma síntese do parecer do Estudo de Impacto Ambiental que sustentou a expedição da LAP - Licença Ambiental Provisória -, bem como explicitará os próximos passos do processo de licenciamento.

O SR. MURILO FLORES - Inicialmente queria agradecer ao deputado Décio Góes o convite que nos fez e cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência pública, porque a Fatma, além das audiências públicas previstas no processo do EIA-Rima, também tem participado de algumas reuniões, como uma recentemente realizada com os prefeitos da região. Mas alguns esclarecimentos são importantes nessa introdução.

Eu queria primeiro prestar um esclarecimento, até porque tive a oportunidade de ver algumas mensagens um pouco duras a respeito de um possível adiamento desta audiência. Eu fui um dos que pediram esse adiamento, porque eu tinha que estar em outro lugar num evento tão importante quanto este, que é a implantação do nosso parque de 7.000 hectares do Acaraí, em São Francisco do Sul, uma unidade de conservação fundamental para o ecossistema do litoral, e não pude ir, e era um compromisso que estava agendado há sessenta dias.

Mas o problema maior não era esse. O maior problema que nós tínhamos era que o diretor da área de licenciamento está de férias, até tem ido trabalhar, mas hoje por acaso ele está em Curitiba embarcando a filha para o exterior, e a nossa coordenadora do grupo técnico que fez toda a análise da documentação está de férias se recuperando de uma cirurgia. Por esses motivos eu tinha pedido a alteração de data e não pelos motivos que eu vi escrito em alguns *e-mails*. Se nós queremos esclarecimentos, nada melhor que tivéssemos outras oportunidades, e acredito que tenhamos outras oportunidades

para esclarecimento. Eu também acredito que hoje tenhamos um prejuízo bastante grande, que é a ausência dos empreendedores. Não cabe à Fatma defender o empreendimento. A Fatma nunca fez e não fará a defesa do empreendimento. A Fatma fará a defesa das suas exigências para emitir o licenciamento, o que é diferente.

Queria também dizer que o papel da Fatma é emitir ou não uma licença, à luz da legislação. Não lhe compete definir a política industrial, a estratégia de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e, sim, como órgão técnico, analisar os pedidos de licença que lhe são apresentados à luz da legislação ambiental, à luz fundamentalmente da Resolução do Conama 237, de 1997, que regulamenta todo esse procedimento do licenciamento.

Além disso, nessa linha, eu queria também esclarecer que, na realidade, o processo de licenciamento tenta aproximar os interesses econômicos dos interesses ambientais. Construir o desenvolvimento sustentável é exatamente isso: de que forma a economia é aceitável à luz dos interesses da proteção do meio ambiente? É uma busca, sim, de entendimento entre as duas partes. Essa é a essência do conceito de desenvolvimento sustentável e é a essência de um processo de licenciamento. A licença não é sim ou não. Ela pode ser não, mas se for sim, ela pode ter um grau de exigência bastante grande.

Então, apenas para que todos compreendam - e eu tenho percebido que até nas entrevistas na televisão as pessoas não sabem exatamente o que seja um licenciamento -, para que todos aqui neste auditório tenham o assunto um pouco mais claro, gostaria de dizer que existem três níveis de licenciamento. Existe a primeira licença, que é a licença ambiental prévia. O que é isso? Quando o empreendedor quer fazer um investimento qualquer, de um posto de gasolina a uma fosfateira, ele tem que apresentar um pedido na Fatma, como tem que apresentar em outros órgãos outros pedidos, de licença ambiental. Essa licença ambiental prévia é aquela que diz - quando é possível, quando ela é aceitável, quando se libera essa licença - as regras que ele terá que cumprir para poder se instalar.

No caso da IFC de Anitápolis, essa licença ambiental prévia, eu tinha recém assumido a presidência da Fatma, estava pronta e deu as condicionantes. A empresa irá solicitar, em algum momento, se ela aceitar as condições exigidas pela Fatma, aí, sim, a licença de instalação.

Não temos ainda conhecimento da entrada do pedido da licença de instalação. Temos uma informação verbal de que é possível que ela entre apenas no fim de setembro, após a empresa analisar tudo aquilo que foi exigido pelos estudos da Fatma, porque muitas vezes esses estudos fazem tamanho grau de exigência que em muitos empreendimentos o custo/benefício se torna inviável. Muitas vezes há uma demora das empresas na análise das exigências feitas para ver se vale a pena ou não ser feito o empreendimento.

Então, temos essa informação absolutamente informal, que pode ser mudada a qualquer momento por informação da empresa de que pode dar entrada em período posterior.

Ainda para esclarecer, mais uma questão - e aqui falo não só como presidente da Fatma mas como membro do governo do Estado: esse projeto interessa ao governo do Estado, como na maioria dos casos de investimentos estrangeiros, de investidores que vêm ao Estado fazer seus empreendimentos, produção de riqueza, geração de emprego etc., mas é um projeto que transcende o interesse do governo do Estado de Santa Catarina. Esse é um projeto em que há um interesse muito grande do governo federal, haja vista que mais de 50% do fosfato usado na agricultura brasileira é importado. Em que pese essa produção ser menor do que em outras regiões do País, ela ajuda a reduzir a dependência brasileira em relação à importação do fosfato para adubação química da agricultura não só catarinense, mas do Brasil.

Por fim, ainda nessa rápida introdução - e peço desculpas ao deputado Décio Góes, porque depois vou fazer alguns comentários gerais sobre a licença em si, que acho importante -, quero dizer a vocês que, como presidente da Fatma (sou eu que assino a licença, não sou eu que estudo a licença), me cabe seguir a lei.

Eu tenho um histórico antigo de relação com a região (algumas pessoas que estão neste auditório sabem desse histórico) em relação à encosta da Serra Geral. Tive na minha

vida a felicidade de ter recebido algumas condecorações internacionais, de presidentes da República, e guardo com muito carinho a mais importante e mais emocionante: um troféu que me denominou colono da encosta da Serra Geral, pelo apoio que dei no passado, uma pequena ajuda para o crescimento da agricultura orgânica da região. Mas esse é o Murilo Flores, não o presidente da Fatma. O presidente da Fatma, ao receber um pedido de empreendimento, tem que analisá-lo à luz da legislação ambiental, e foi isso que a Fatma fez.

Feitas essas considerações, eu queria dizer que esse estudo, também contrariando alguns comentários que tive a oportunidade de ver escrito, não é um estudo feito às pressas, ele tem quase quatro anos de tramitação, de análise, são dezoito volumes com três mil páginas.

Eu vou fazer aqui uma breve leitura de um parecer que escrevemos (vou deixar cópia com o deputado Décio Góes) respondendo as principais inquietações, que são justas, que os representantes políticos dos moradores da região vão fazer.

O estudo tomou por base modelagens matemáticas, laudos técnico-jurídicos analisados por especialistas de reconhecimento nacional e internacional. A própria Fatma contratou, porque não tem nos seus quadros competência para toda essa análise, alguns especialistas de renome internacional, como o professor Carlos Tucci, PHD em recursos hídricos; o professor Luiz Sanches, doutor em economia de recursos nacionais, referência internacional em estudos de impacto ambiental, inclusive autor do livro Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos; o doutor Edis Milaré, reconhecido especialista em Direito Ambiental; o professor Paulo Abrão, especialista em barragem, com reconhecimento internacional; e outros tantos especialistas em várias áreas - peixes, répteis, anfíbios, pássaros, hidráulica, meteorologia, barragem etc. Isso tudo compõe esse documento que tem três mil páginas, que está completamente disponível a qualquer pessoa que queira fazer uso.

Nós produzimos um documento (temos aqui uma cópia da licença) das condicionantes que foram postas aos empreendedores e dois documentos que buscam responder diretamente as principais inquietações, que, com certeza, a maioria de nós aqui não terá condições, inclusive conhecimento técnico nessa complexidade de áreas, para ler as três mil páginas do processo, mas passarei esse resumo ao deputado Décio Góes que, sem dúvida, pode ser multiplicado - aí estão a licença e as respostas às principais inquietações.

Foram feitas diversas exigências na licença ambiental prévia, que, se atendidas na plenitude, merecerá a licença ambiental de instalação quando solicitada pelo empreendedor. Essas exigências passam desde os aspectos socioeconômicos, que por diversas vezes os estudos dos órgãos do meio ambiente impõem, como empregos, aproveitamento da mão-de-obra local, compra de fornecedores locais, porque muitas vezes esses empreendimentos se instalam e não criam nenhuma dinâmica econômica local. Então, por vezes, os órgãos de meio ambiente fazem exigências que são amparadas na legislação do ponto de vista socioeconômico e do ponto de vista ambiental, com os riscos que existem, já que muitas questões foram levantadas a esse respeito, como contaminação da água, do solo, da atmosfera. Foram feitas diversas exigências e programas de monitoramento que estão detalhados no documento de três mil páginas e resumidos no documento que entreguei ao deputado Décio Góes, como o programa de recuperação das áreas degradadas, assim como a compensação ambiental que está sendo exigida, que é uma remodelação financeira que será utilizada para investimentos em benefício do meio ambiente da região, que também estão detalhados, inclusive em percentuais muito superiores àquele que numa medida provisória o presidente da República estabeleceu para o âmbito Ibama, de meio por cento. No nosso caso, as exigências são muito superiores a esse número, porque a Fatma entende que aquela medida provisória do presidente da República se refere tão-somente aos licenciamentos feitos pelo Ibama e não aos licenciamentos feitos pelos Estados.

Também está especificado todo o detalhamento da compensação ambiental, inclusive o número de percentuais em relação ao valor do empreendimento que terá que ser aplicado no fortalecimento dos ecossistemas da região da encosta da

Serra com possibilidade de serem afetadas. Por fim, algo extremamente importante: na nossa licença, como há um pedido de supressão de vegetação numa área de preservação ainda da nossa mata atlântica, há um pedido de anuência do Ibama. Quer dizer, a licença está condicionada ao Ibama também concordar com a supressão dos 247 hectares de vegetação, assim como também está exigindo, evidentemente, a recuperação de área equivalente em outra parte da própria região, nas proximidades do empreendimento.

Essas são algumas informações muito gerais, pois em dez minutos é impossível apresentar um estudo de três mil páginas. É apenas para informá-los do que existe disponível dos estudos para qualquer especialista em qualquer área com possibilidade de ser afetada pelo empreendimento. Está disponível na Fatma todo o material e o resumo que entreguei ao deputado Décio Góes.

Eram essas as palavras que eu queria apresentar para esse início do debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Muito obrigado.

Com a palavra o promotor Luís Eduardo Souto, neste ato representando o Ministério Público estadual, para falar sobre a avaliação da problemática em torno da instalação da IFC.

O SR. PROMOTOR LUÍS EDUARDO SOUTO - Eu gostaria de cumprimentar o deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc; as demais autoridades da mesa; a doutora Vânia, promotora de Justiça da Comarca de Santo Amaro; os técnicos; os representantes de entidades públicas e privadas; e os cidadãos catarinenses.

Na verdade, o Ministério Público, como entidade representativa dos direitos difusos individuais, homogêneos e sociais, não poderia se furtar a esse debate, a essa oportunidade trazida pela Alesc para que a comunidade, principalmente da região, possa discutir, se interar um pouco mais a respeito do Projeto Anitápolis.

Muito embora tenhamos tido conhecimento recente de que a tramitação do projeto (*ininteligível*) tenha se iniciado em 2007, coloco aos senhores que faz dez dias que chegou ao meu conhecimento, como coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente desde 2007, o que me impossibilita tecer mais considerações. Seria temerário nós nos condicionarmos formalmente a favor ou contra ou dar algum tipo de consideração de mérito a respeito do empreendimento. Mas essa situação já nos traz uma reflexão importante. Como diz um colega meu, o também doutrinador doutor Jackson Correa, quando nós falamos de meio ambiente nós falamos em prevenção. Depois, conforme o dano ambiental, nós vamos falar de Direito Civil, de Direito Penal, de improbidade administrativa e de outras coisas mais.

O que quero dizer com isso é que o planejamento, o conhecimento, a publicidade, a discussão, o debate, não só o debate social, de leigos, como eu me coloco, mas o debate técnico a respeito de questões muitas vezes eminentemente técnicas, devem ser trazidos à população e ser buscadas as instituições técnicas que temos à disposição para encontrar as melhores alternativas, ao alcance do que a Constituição Federal nos coloca como desenvolvimento sustentável, como meio ambiente ecologicamente equilibrado, direitos fundamentais que foram inseridos na Constituição de 1988 que muitas vezes são esquecidos por todos, não digo só por nossos representantes mas pela sociedade, e que nos deixam a incompreensão da importância desses direitos fundamentais, um legado de experiências negativas, como a mineração do sul do Estado, um dos piores legados da história do mundo; a poluição da agroindústria no oeste; a supressão de vegetação de mata atlântica (*ininteligível*) devastadora na região serrana; e tantos outros exemplos, como o IDH. Somos hoje o Estado com maior IDH da Federação e temos hoje o segundo pior índice de saneamento básico.

Se não pensarmos nessas conseqüências, nesse *status* negativo de valia ambiental histórica do nosso País, do nosso Estado, não vamos mudar essa realidade. Hoje trabalhamos no Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, temos uma visão holística, uma visão mais geral da

problemática e vislumbramos não só o problema da ausência de uma política voltada à educação ambiental e uma melhor compreensão de agregação de valores do meio ambiente, de desenvolvimento. Nós vemos esse problema na sociedade e também nos nossos órgãos. Eu tenho dito isso, e não faço meio discurso, falo aonde vou e de forma construtiva. Sinto-me à vontade como representante de uma instituição que está sempre aberta ao debate. É assim que nós abrimos os canais de discussão: usando a função de agentes políticos que somos, como promotores de Justiça, para firmar justamente a conduta que vem alicerçando e possibilitando, por exemplo, o licenciamento de quinze mil pequenos agricultores no Estado, que nos possibilitou estender a discussão até as vias da ação da (*inaudível*) do Supremo, que hoje discute o Código Ambiental; na discussão hoje que existe em cima do manancial de Pilões, que foi retirado do Parque da Serra do Tabuleiro; e na discussão positiva com o governo do Estado, que está avançando na política estadual de saneamento, na qual estamos buscando bons resultados, numa reflexão importantíssima no sentido de que nós temos que avançar, sim, e nos preparar para empreendimentos de impacto regional como o da IFC, que (*inaudível*) nos apresentado agora, já no estado de possível evolução para uma licença de instalação (já pode se considerar na discussão da licença prévia como está, quase na de instalação), nós, de repente, não estamos preparados, o Estado não estar suficientemente preparado para empreendimentos dessa envergadura tecnicamente. Não estamos preparados por quê? Vou dar um exemplo: o funcionamento dessa empresa implica uma coisa que é sabida: outorga de água. A empresa precisa, sim, para o seu funcionamento, de um resguardo de (*inaudível*), e nós ainda não recebemos a política estadual de recursos hídricos, isso, em síntese, falando num linguajar popular, nós ainda não sabemos quanto de água temos nos nossos rios para servir todas as atividades econômicas que se abastecem deles.

São questões como o saneamento básico, são questões culturais básicas que nos levam à compreensão que são necessárias com antecedência a esses empreendimentos para nós trabalharmos com responsabilidade... Então, nessa esfera de incompletude que está dentro da minha seara de conhecimento eu posso falar: temos que bater e cobrar a política estadual de recursos hídricos, que ela ocorra; temos que bater e cobrar a política estadual de saneamento básico, que ela ocorra; temos que ter, sim, como o Estado do Acre já tem (vejam a comparação: Santa Catarina e Acre), o zoneamento ecológico econômico do Estado; temos que ter o inventário florístico de Santa Catarina, saber onde estão os remanescente de vegetação, inclusive para valorizar de forma correta, com parâmetros factíveis, o quanto vale a vegetação que vai ser suprimida, por exemplo, para a instalação da fosfateira, na questão das dívidas compensatórias que são aplicadas num empreendimento desses.

Eu estou trabalhando numa esfera subjetiva que faz parte do licenciamento, e nós não temos a dimensão da importância da supressão dessa vegetação, pois os dados ainda são imprecisos com relação ao remanescente de vegetação de mata atlântica no nosso Estado. Algumas instituições colocam que há um remanescente de 40% e outras colocam que é de 20% e nós ficamos num impasse gigantesco, numa carência de precisão de informação.

Então, são algumas situações que acho que são importantes que sejam trazidas à baila, porque um empreendimento, obviamente falando de empreendimento (*inaudível*), ele possui uma importância, sim. Ele é enquadrado pela Resolução 369 do Conama como uma das hipóteses em que é possível a ocupação de área de preservação permanente, é possível a eventual supressão de vegetação nativa dentro das espécies protegidas por se tratar de uma atividade de utilidade pública ou de interesse social, como está enquadrado na legislação. Então, até para analisar o que seria essa utilidade pública, quais as medidas mitigadoras, quais as medidas compensatórias, como devemos lidar com isso. Nós temos que cobrar do Estado, pensando não só no interesse das gerações atuais, mas também das gerações futuras - e nos importa sempre essa visão de solidariedade (*inaudível*), uma melhor estruturação.

É nesse sentido que o Ministério Público se coloca mais uma vez presente, participativo e atento aos passos desse

processo de licenciamento. Inclusive, para finalizar, gostaria de dizer que nessa crítica que fazemos não ao governo, mas ao Estado de Santa Catarina pelo histórico de não ter essa estrutura, nós fizemos a *mea culpa* e estamos hoje criando as Promotorias Regionais do Meio Ambiente, não mais trabalhando sob o aspecto de comarca. Nós analisamos que não temos efetividade tratando num pedaço do rio ou apenas num espaço de poluição de uma área de abrangência de uma empresa. Vamos adequar essa nossa atribuição, essa nossa atividade não só com os 110 promotores do meio ambiente do Estado, mas também nos adequando à política estadual de recursos hídricos do Estado - das 23 bacias hidrográficas que nós temos, trabalhará dentro do aspecto das dez regiões hidrográficas fixadas pela política estadual.

Nós nos colocamos então, dessa forma, presentes à reunião e também ouvintes para possibilitar uma análise dessa tramitação, inclusive pedindo encarecidamente que esta não seja a última audiência pública e sim a primeira de várias durante a tramitação desse processo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Muito obrigado.

Com a palavra o senhor José Walter Dresch, da Fetaesc, que vai abordar os impactos da instalação da IFC sobre a agricultura local e regional.

O SR. JOSÉ WALTER DRESCH - Inicialmente eu queria saudar o deputado Décio Góes, os demais componentes da mesa, os senhores e as senhoras que vêm para esta audiência pública.

Gostaria de dizer da nossa satisfação em poder estar aqui para começar uma conversa em torno de uma questão que entendemos de extrema importância para a sociedade catarinense. Ouvindo os que me antecederam, algumas questões chamaram a nossa atenção, pois nós, lideranças sindicais, que representamos a agricultura familiar catarinense, todos os dias nos deparamos com alguns comentários, não tem como fugir deles.

Como nós falamos da suinocultura catarinense, nós somos testemunhas e vivemos isso. Nós, que já tivemos em Santa Catarina mais de sessenta mil famílias na atividade da suinocultura, na produção de suínos, hoje, infelizmente, temos menos de nove mil, e uma produção muitas vezes maior em volume do que aquilo que tínhamos.

O que queremos dizer com isso? Quando a gente faz uma discussão... E aqui abro um parêntese para parabenizar essa iniciativa de começar um debate em torno dessa questão, porque a Fetaesc não é contra o desenvolvimento, a instalação de indústrias de médio e de grande porte aqui no Estado, pelo contrário, nós achamos que é interessante. Agora, achamos que é mais interessante ainda manter o Estado de Santa Catarina da forma que é, com as condições que tem para que as pessoas sobrevivam de maneira diferente de outros Estados, fazendo agricultura diferente. Essa é uma questão que precisamos ter presente. (*Palmas.*)

Nós temos ainda em Santa Catarina mais ou menos 180 mil famílias de pequenos agricultores que achamos que têm condições de viver na agricultura, e viver bem, não só produzindo grãos mas fazendo uma agricultura sustentável, aproveitando essa beleza que Santa Catarina tem, aproveitando para que outras regiões do Brasil venham conhecer as belezas que Santa Catarina tem, aproveitando essa maravilha de água que não tem nem em toda Santa Catarina - eu venho de uma região distante da Capital, o extremo oeste, onde a cada três anos a gente perde uma safra por conta da seca.

Então, são coisas dessa natureza que precisamos discutir. Se é importante neste momento darmos o aval à sociedade catarinense, que entende que é importante uma grande indústria multinacional se instalar em Anitápolis, na encosta da Serra, porque diz que vai gerar alguns empregos, por outro lado, talvez (e eu coloco isso em discussão, porque não sou dono da verdade nem conhecedor profundo dessa questão), poderá desempregar um número muito maior de agricultores e agricultoras, que perderão a sua atividade no meio rural. (*Palmas.*)

Eu gostaria, em nome da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, de poder contar

com esse grande número de lideranças que está aqui nesta oportunidade, agricultores, estudantes, enfim, pessoas das mais diversas categorias, para ampliar esse debate, chamar a sociedade catarinense para essa conversa, trazer os mais diversos segmentos da sociedade para que a gente possa encaminhar uma proposta que traga o menor problema para o Estado. Precisamos, sim, de desenvolvimento. Nós entendemos que a produção de insumos para a agricultura é importante, mas também precisa ser tratada de acordo com aquilo que ela vai vivendo no dia-a-dia.

Nós gostaríamos, em nome das 180 mil famílias de pequenos agricultores, em nome das parcerias que construímos, sempre tratando a agricultura familiar com o devido respeito que ela merece, de poder ampliar esse debate, continuar fazendo essas discussões.

Nós entendemos que essa empresa, certamente, vai procurar todos os caminhos dentro da lei, aquilo que a lei determina e aquilo que a lei assegura que seja feito. Agora, eu tenho um princípio também, e isso é muito particular meu... Eu gostaria de dizer o seguinte: acho que existem duas formas de a gente entender a lei, de a gente compreender a lei, no meu modesto entendimento. Há momentos, enquanto a lei persiste, que precisamos cumprir a lei, mas há momentos em que acho que a sociedade precisa se organizar e fazer tudo aquilo que for possível para mudar algumas leis. Talvez tenha que mudar alguma coisa, porque até o presente momento eu tenho acompanhado no Estado alguns fatos que me chamaram a atenção e que alguém citou agora há pouco, como a extração de areia (e eu acredito que eles devem ter trabalhado de forma legalizada), que tem trazido impactos desastrosos para o Estado. Alguém vai pagar essa conta, e eu não gostaria que as futuras gerações tivessem que pagar uma conta que eu ajudei a fazer ou que fiz de conta que não vi.

Então, é importante que nós, neste momento, antes de qualquer posicionamento com relação à instalação dessa multinacional, tenhamos claro o que isso vai impactar para Santa Catarina.

A Fetaesc se coloca à disposição, com a sua modesta estrutura, com a sua equipe de diretores, de assessores, para ampliar esse debate, fazer mais discussões, envolver a sociedade de Santa Catarina e tirar o melhor encaminhamento para a agricultura familiar, para todos os catarinenses, que, certamente, acreditam que faremos por eles o melhor.

Muito obrigado por essa oportunidade. Estaremos aqui sempre que for possível. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Muito obrigado.

Vamos ouvir agora os prefeitos. Em seguida, abriremos as dez inscrições iniciais.

Com a palavra o senhor Mério César Goedert, prefeito de Rancho Queimado.

O SR. PREFEITO MÉRIO CÉSAR GOEDERT (Rancho Queimado/SC) - Boa-tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar o deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Meio Ambiente, os demais colegas, companheiros e autoridades da mesa.

Acho que é importante para todos nós debatermos esse assunto que interessa à nossa região. Eu sou prefeito eleito, reeleito e trieleito de Rancho Queimado, este é o meu terceiro mandato.

Como um dos coordenadores do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral, pediram que eu fizesse um relatório, já que sou jurássico na região, Rancho Queimado é minha terra natal. Fui um dos pioneiros na idealização do Fórum.

Já temos o apoio do prefeito de Santa Rosa de Lima, também coordenador do Fórum, e do prefeito de Urubici, que não está presente mas mandou representante, a secretária de Turismo, para esse relatório, que depois de ler vou encaminhar ao deputado Décio Góes, presidente da Comissão. *(Passa a ler.)*

"Senhor deputado,

Em maio de 1999 foi instalado o Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral (Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Grão-Pará, Braço

do Norte, Alfredo Wagner, Angelina, São Bonifácio, Lauro Muller, Gravatal, Armazém, Águas Mornas, São Martinho, Orleães e ora incluindo Urubici.

Com o objetivo de iniciar um processo de planejamento estratégico das ações a serem desenvolvidas nesse território, a curto, médio e longo prazo, utilizando uma metodologia educativa e participativa, estabeleceu-se uma parceria entre poder público, técnicos, lideranças comunitárias, entidades e sociedade civil organizada com o intuito de construir um diagnóstico desses municípios, indicando sua realidade, problemas e potencialidades, isso com o objetivo de definir as prioridades nas ações e projetos a serem desenvolvidos, criando uma identidade para a região.

Cada vez mais se faz necessária a efetiva participação de todos os cidadãos na busca de novas parcerias, até mesmo como forma de aprimorar o processo democrático e aumentar as oportunidades para cada um se desenvolver dentro dos princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental. A integração é uma característica essencial das comunidades sustentáveis, e a parceria significa democracia, pois à medida que uma parceria se processa cada parceiro passa a entender melhor a necessidade dos outros, convivendo em harmonia com o todo e cooperando com o sucesso de todos. Numa parceria verdadeira, confiante e confiável todos aprendem, mudam e evoluem.

As reuniões do Fórum eram realizadas bimestralmente, em forma de rodízio dos municípios. Os grupos temáticos debatiam os assuntos pertinentes às áreas de educação, saúde, turismo, agricultura, infraestrutura e meio ambiente. A iniciativa desse fórum, assim como da Agreco, foi idealizada pelo professor da UFSC, Wilson Schmitz, a quem aproveitamos para registrar nossa gratidão e reconhecimento pelo grandioso e valioso serviço prestado ao nosso território.

A Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, fundada em 1996, a Agreco, é uma organização solidária que tem por objetivo incentivar a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos e organizar a comercialização desses produtos nos mercados da região - a sede é em Santa Rosa de Lima.

Seguindo a mesma filosofia, em 1999 foi criada a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, um modelo francês em que os pequenos agricultores familiares agregam o turismo às suas atividades, abrindo as portas de sua casa, recebendo turistas em suas propriedades, oferecendo serviços agroturísticos, contribuindo para a aproximação entre as pessoas que vivem no meio urbano e no meio rural na perspectiva de uma nova relação entre a cidade e o campo.

A Acolhida na Colônia foi reconhecida nacionalmente e internacionalmente. O projeto idealizado pela engenheira agrônoma Thaise Guzatti, que está presente na platéia, recebeu várias premiações, sendo elas: em 2002, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o prêmio Destaque do Trabalho Associativismo; em 2005, Destaque Objetivo do Desenvolvimento do Milênio (da ONU e governo federal); em 2006, Top do Agroturismo; e, em 2008, Editora Globo, primeiro lugar, Generosidade 2008.

Os municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Urubici e Santa Rosa de Lima foram reconhecidos e elevados pelo Ministério do Turismo como destino-referência do turismo rural no segmento agroturismo do Brasil. Vale a pena ressaltar que o modelo hoje está implantado em trinta municípios catarinenses, contemplando 180 famílias. Um dos quesitos básicos peculiar, tanto a Agreco quanto a Associação de Agroturismo Acolhida da Colônia, é a produção orgânica.

Surgiu então o pioneirismo da agricultura familiar orgânica no território das encostas da Serra Geral, no Estado de Santa Catarina, inclusive a introdução de produtos orgânicos na merenda escolar em alguns municípios da região e em algumas escolas da rede estadual. Rancho Queimado, por exemplo, tem na merenda escolar morango orgânico e faz sucos, geléias, cucas, tortas etc.

Essa é uma das regiões mais privilegiadas do Estado de Santa Catarina, pois é nessa região que nascem os principais rios, cascatas e cachoeiras que formam as quatro principais bacias hidrográficas do litoral catarinense, quais sejam: bacia hidrográfica do rio Itajaí-açú, que nasce em Alfredo Wagner; bacia hidrográfica do rio Tijucas, que nasce em Rancho

Queimado; bacia hidrográfica do rio Tubarão, que nasce em Anitápolis; e bacia hidrográfica do rio Cubatão, que nasce em Águas Mornas.

É também nessa região que se encontra água mineral, como em Rancho Queimado (Estância Hidromineral Santa Rita de Cássia), Santo Amaro da Imperatriz, Gravatal, bem como águas termais, em Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Gravatal e Santa Rosa de Lima.

Todos os municípios também estão localizados na área de preservação da mata atlântica, reserva da biosfera. Sabemos que a região metropolitana da Grande Florianópolis tem um crescimento populacional ascendente e a preocupação com o abastecimento de água potável para atender essa demanda é preocupante. Sabe-se também que a qualidade dessa água depende da preservação das suas nascentes e de todo o território, já que a água é um bem vital e finito.

Não obstante tudo isso, atualmente o Projeto Anitápolis pretende explorar inicialmente uma jazida de fosfato, através do processo de mineração a céu aberto (antigo e poluente), que se encontra em plena mata atlântica no vale do rio dos Pinheiros, em Anitápolis, na Grande Florianópolis (mais ou menos 800 metros acima do nível do mar).

Além disso, está projetado ao lado da lava um complexo industrial para a fabricação de ácido sulfúrico, que será usado na extração do fosfato. Centenas de hectares da floresta atlântica ombrófila densa serão destruídos pela mineração. 'Sai mata atlântica, entra fábrica de ácido.'

Dezenas de caminhões carregados com substâncias químicas poluentes circulariam na BR-101, na BR-272 e na SC-407. A poluição atmosférica atingiria não apenas Anitápolis, mas todos os municípios vizinhos, porque para os ventos não existem fronteiras. Um perigo em potencial: as barragens de rejeito, dois lagos cheios de lama, seguros por muralhas de terra, de rejeito de mineração, com 56 metros de altura, a uma altitude de mais ou menos 800 metros do nível do mar, rompendo em consequência de uma tempestade, engolindo tudo que está pela frente, com certeza é uma perspectiva assustadora.

O local onde será instalada a fosfateira fica entre a região do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Parque Nacional do Campo dos Padres, em Urubici, áreas de preservação permanente (APP).

Com o aquecimento global causando mudanças climáticas e pelos últimos acontecimentos, Santa Catarina é um dos Estados mais vulneráveis a tragédias, como nos revelou a mídia, por ocasião do furacão Catarina, a tsunamis de lama que ocorreu no norte do Estado em novembro de 2008, formação constante de ciclones extra-tropicais na costa atlântica catarinense, dentre outras. Tudo isso aliado a um grande impacto social e cultural. Aumento dos riscos de acidentes devido à circulação excessiva das carretas (perda de freio nas serras, ultrapassagens perigosas, etc.). A malha rodoviária não suporta mais. Não temos mão de obra disponível nessa região para esse tipo de trabalho.

A IFC prevê a exploração da jazida de fosfato de Anitápolis por 33 anos, com produção de superfosfato simples e o ácido sulfúrico. Segundo informações repassadas por técnicos da empresa, na reunião da FATMA com os prefeitos da região que se sente prejudicada, somente na fase da construção, serão utilizados 1,6 mil trabalhadores. Para a produção, o número cairá para 423 trabalhadores. A região tem potencial e vocação turística. O turismo é considerado a maior indústria não poluente do planeta e de fonte inesgotável.

Os municípios do destino referência do turismo rural, no segmento agroturismo, são: Anitápolis, com 3.266 habitantes; Rancho Queimado, com 2.871 habitantes; Santa Rosa de Lima com 2.096 habitantes; e Urubici com 10.780 habitantes. Somando os 4 municípios o número de habitantes chega a 19.013. Se o turismo gera 1 emprego em cada 12 pessoas no planeta (dados do WTTC), esse destino hoje já gera 1.584 empregos voltados à indústria do turismo. A IFC gerará apenas um quarto na fase de produção, ou seja, 423 empregos.

Todo o trabalho de 10 anos de planejamento dos pequenos municípios das encostas da Serra Geral para o Desenvolvimento Territorial Sustentável estaria comprometido com esse tipo de empreendimento. Minerar numa bacia

hidrográfica é uma total irresponsabilidade, ainda mais nos dias de hoje, cuja qualidade e quantidade de água é fonte de preocupação mundial.

Nós queremos, sim, a preservação deste território, pela importância vital que ele representa principalmente para a Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Os que não são e não tem território, mais cedo ou mais tarde vão embora.

Caro companheiro, junte-se a nós nesta luta. 'Nossas vidas passam, mas o território fica'. Nós que compartilhamos da mesma terra, da mesma água e do mesmo ar, por amor à vida: 'Fosfateira, não!'

O prefeito, o vice-prefeito, o presidente da Câmara e os demais vereadores, que a este subscrevem, bem como toda a população do município de Rancho Queimado, são contrários à instalação da IFC (Indústria Fosfateira Catarinense) no município de Anitápolis, pelos riscos e impactos ambientais e sociais que vão gerar na região. A fosfateira é contrária à vocação e aos investimentos da região, que gira em torno do turismo, da cultura local e da produção de orgânicos. A vinda da IFC nos prejudicará economicamente.

Sendo o que tínhamos para o presente, contamos também com o seu apoio e colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos."

Também a esse expediente solicitado por todos os municípios que compõem as encostas da Serra Geral, recebemos o apoio dos prefeitos e de todos os vereadores de Urubici e de Santa Rosa de Lima: os outros prefeitos já estarão encaminhando ao presidente Décio Góes também esse manifesto, pois estão vindo de Brasília. Estava agendada também a minha viagem a Brasília, mas cancelei por causa desta audiência pública, pois acho que isso aqui é muito importante. Em outra oportunidade irei a Brasília, com certeza. (Palmas.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, prefeito Mério.

Passo a palavra ao senhor Celso Heidemann, prefeito de Santa Rosa de Lima.

O SR. PREFEITO CELSO HEIDEMANN (Santa Rosa de Lima/SC) - Inicialmente eu gostaria de parabenizar o deputado Décio pela iniciativa de convocar esta audiência pública e também fazer pequenas considerações, pois acho que a carta já diz tudo.

No dia 7 de maio, em Santa Rosa de Lima, começou a discussão que hoje acaba aqui nesta grande audiência pública. O Vale todo estava à mercê dessa importante discussão sobre a implantação da IFC em Anitápolis.

Santa Rosa de Lima é um pequeno município, mas muito pujante, promissor, ligado ao turismo, à agricultura familiar orgânica. E graças a pessoas sonhadoras, aqueles municípios da encosta da Serra Geral têm uma nova visão, têm um novo trabalho realizado no agroturismo - uma história de dez anos de luta, na qual as famílias estavam saindo do município e hoje sentem em Santa Rosa de Lima a sua possibilidade de viver, graças ao trabalho da colônia, ao trabalho inovador da Agreco (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral).

Isso tudo trouxe uma avaliação do nosso território. E Santa Rosa de Lima, para vocês terem uma idéia, fazendo uma comparação de valores, há dez anos comercializava o hectare a R\$ 200,00 e hoje a R\$ 20 mil, graças a projetos como esse que deram novas perspectivas de vida para a nossa região.

Estamos aqui em defesa disso, dos nossos agricultores, desse projeto fantástico da agricultura orgânica, agricultura diferenciada, como falou o nobre companheiro. E acho que esse é o nosso caminho, brigarmos por algo que é nobre, a preservação da nossa água. O município de Santa Rosa de Lima é rico em água, dependemos da água para o nosso *rafting*, ligado ao agroturismo; precisamos da água do Vale do Rio do Braço do Norte, Tubarão, como os nossos amigos de lá também.

Agradeço a oportunidade e parabeno V.Exa., deputado Décio, e a deputada Angela Albino por terem participado da primeira audiência pública em Santa Rosa de Lima e da segunda em Rancho Queimado.

Eu acho que esse é o caminho. Vamo-nos unir, pois o que queremos é a preservação do nosso território da encosta da Serra Geral, para que possamos viver com dignidade naquele espaço.

Parabéns, deputado - e um grande abraço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Agradeço, prefeito Celso, pela sua objetividade e compreensão - e gostaria de chamar para fazer parte da mesa o deputado Joares Ponticelli, que foi a Tubarão e voltou para prestigiar a nossa audiência pública. (Palmas.)

Passo a palavra ao vereador Haroldo Silva, de Tubarão, representando as Câmaras Municipais.

O SR. VEREADOR HAROLDÓ SILVA (Tubarão/SC) - Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o deputado Décio Góes por ter atendido o nosso apelo, o nosso pedido de manter esta audiência pública. Mesmo com as informações desencontradas nós nos comunicamos e pedimos que se mantivesse esta audiência - e se manteve, deputado. Muito obrigado por esse apoio, agradecemos do fundo do coração. O senhor vai ver que lá na frente a história irá compensá-lo por esse gesto.

É importante que comece essa discussão aqui nesta Casa mesmo, a Casa dos catarinenses - é aqui que tem que começar.

Eu entendo e tenho certeza de que está faltando para todos aqui é a informação oficial, porque aquela informação que nos comunicamos, temos de sobra, nós sabemos do impacto, sabemos o que vai acontecer.

Eu não sei por que há tanta amarração e não falar a verdade para discutir os fatos frente a frente. Como aconteceu em uma reunião de prefeitos, em que o senhor Murilo colocou muito bem... Da Bacia do Rio Tubarão, parece que foi dito que a população baixo serra não tem que discutir isso. Como não tem que discutir isso?! Como que Tubarão, Braço do Norte, Santa Rosa de Lima, Laguna, Capivari, Gravatal, Rio Fortuna, enfim, não podem discutir se está ali o processo?!

Nós viemos aqui pedir audiências públicas lá, sim. Está aqui o Francisco da Bacia do Rio Tubarão, que vem comprovar, e nós vamos nos unir. Estamos sozinhos por enquanto naquela luta - uma luta silenciosa, porque chegou muito tarde lá. Temos o nosso deputado que vai nos dar apoio. Deputado Ponticelli, o senhor precisa se engajar nessa luta, não pode ter a voz de um vereador solitária naquela cidade de cem mil habitantes. O reflexo é lá. Não é somente o problema de Anitápolis, de Rancho Queimado, prefeito, é das duas bacias, Braço do Norte e Tubarão.

Eu lembro da história do carvão, que teve que levar 125 anos para o Supremo Tribunal Federal entrar e falar para as carboníferas: Vocês estão condenadas, são noventa milhões. Levaram 125 anos - e ninguém lembra dessa história. Mas nós lembramos lá em Tubarão.

Ponticelli, nós sabemos que aquela água do rio Tubarão não dá para consumir, é uma água pesada, de metais pesados, reflexo de Lauro Muller. Como é a cidade de Lauro Muller hoje? Expandiu, cresceu, desenvolveu? Não, praticamente está a mesma coisa que há 125 anos. Por quê? Exploraram, extrairam e foram embora. Deixaram o que para trás? Prejuízo e morte de criança.

No levantamento que fiz na década de 1970 constatei que a criança nascia e já morria. Por quê? Porque o reflexo estava lá. Ninguém falava em meio ambiente, em desenvolvimento sustentável ou coisa parecida. Mas hoje é diferente, hoje não podemos aceitar. Simplesmente é um ato de covardia, de irresponsabilidade oficializar um empreendimento sem a consulta popular. Tem que ter a consulta popular! Nós precisamos saber isso. (Palmas.)

O que está em jogo hoje aqui é a vida das pessoas. Em pleno século 21 é a vida que está em jogo.

Eu quero dizer que essa discussão vai para frente, não pode parar na primeira audiência. E os seus belos troféus, senhor Murilo, que faz um excelente trabalho em frente à Fatma, mostra ao nosso governador e diga que é defensor da mata atlântica, para ver se ele se sensibiliza.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, vereador Haroldo.

Passo a palavra ao deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOARES PONTICELLI (SC) - Senhor presidente, meu colega deputado Lício e demais integrantes da mesa, quero saudar a todos em nome do querido amigo prefeito Celso e em nome do nosso vereador

Dura {Haroldo Silva} - da minha Câmara de Tubarão ele e eu fomos vereadores juntos, de 1996 a 1998, e hoje estamos vereadores, ele municipal e eu estadual.

Quero me desculpar com todas e todos por me atrasar. Eu saí da Assembléia às 13h, paguei pedágio, peguei o trecho esburacado e fui até Tubarão para prestigiar a posse do nosso vice-prefeito Felipe Luiz Collaço, que por onze dias vai comandar o município de Tubarão; voltei, cheguei a Palhoça, paguei pedágio novamente, andei somente quatro quilômetros duplicados pagando o trecho inteiro para chegar aqui, porque também sou um dos proponentes desta audiência pública.

Eu propus, e foi aprovado em plenário (depois fizemos um acordo com o deputado Décio), que esta audiência pública fosse realizada lá no Vale do Braço do Norte. Não sei em qual município, mas que fosse lá. Depois, ao final, temos que ter uma também nas imediações da lagoa de Santo Antônio, na Laguna e região, porque temos que debater muito esse projeto.

Quero aqui confessar a minha quase total ignorância sobre esse projeto. Não sei das consequências, dos efeitos, não conheço o projeto. A imprensa de Tubarão - e quero aqui homenagear os nossos jornais: NotiSul e Diário do Sul - quase diariamente tem colocado esse assunto. Por isso o deputado Décio, eu, o Dura e tantos outros (assim como todos que estão aqui) começamos a discutir, mas eu não conheço as consequências.

Numa reunião recente com o prefeito Celso eu disse: olha, preciso saber, conhecer, não sei quais são os riscos. Eu só sei que temos o rio Tubarão que precisa de milhões de investimentos para ser recuperado, não é pouco dinheiro, por conta de um processo de degradação, de carvão, de dejetos, da suinocultura também é verdade, mas que não é a grande vilã, pior que tudo ainda é o esgoto doméstico. E tudo isso vai parar na lagoa de Santo Antônio, que está agonizando.

Então, temos todo um complexo que precisa de muito dinheiro para ser recuperado. E agora um investimento que não sabemos o que pode causar. Se efetivamente ocorrer um acidente, mas mesmo que não haja o acidente, as consequências naturais, o que esse investimento vai produzir de riscos e de degradação para o nosso ambiente lá na região já tão degradada, prefeito Celso?!

Esse esforço todo que o Wilson já tem feito há tanto tempo, desde Santa Rosa de Lima, tem que se expandir. Rio Tubarão abaixo, até o Complexo {Lagunar}, não pode correr o risco agora de ter mais um equipamento que poderá ser causador de um dano ou de destruições ainda maiores.

Eu também sou a favor do emprego e da renda. Claro que quero emprego e renda, mas quero com sustentabilidade, com segurança. Nós temos o compromisso com as gerações que nos seguem. Já foram cometidos erros demais, por isso a natureza vem dando respostas, recados, já não tem sido mais complacente - e daqui para a frente saltam aos olhos as coisas ruins que podem acontecer.

Nós precisamos inverter esse processo de degradação de décadas ou centenas de anos e não permitir que um investimento aconteça sem que se tenha muito claro as consequências e os danos que poderão ser produzidos. Até por não termos aqui a presença da empresa, deputado Décio, que tem que vir falar, colocar-se diante da comunidade, que vai ser a primeira a ser atingida por um eventual acidente ou pelas consequências disso, para nos dar as garantias de que isso vai ser bom e que não vamos ter mais um equipamento danoso implantado em nossa região.

Nesse sentido eu entendo, presidente Décio, que esse assunto só está no âmbito da Assembleia começando o debate a partir de agora. Tanto é que os outros parlamentares do sul do Estado inclusive também terão que se envolver nesse processo, para que tenhamos certeza e segurança de tudo que está por vir. Enquanto isso não acontecer, não pode avançar esse processo para garantia da nossa população.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Passo a palavra ao representante da Associação Montanha Viva, também uma das requerentes da audiência, que vai falar sobre a problemática em torno dos impactos da IFC, a opinião pública e estratégias de mobilização social.

O SR. JORGE ALBUQUERQUE - Queria começar agradecendo vocês todos.

Essa nossa campanha iniciou em 2005, quando de um trabalho solitário, e o *blog* Mata Atlântica SC, o *blog* da moda Montanha Viva, começou a trazer discussão do referido projeto. E hoje nós conseguimos dezessete prefeitos mobilizados. Então, isso é uma grande vitória.

Com relação ao que falou o nosso diretor-geral da Fatma, hoje em dia está muito popular a troca de um impedimento por uma área de conservação. Ai eu comparo isso a um álbum de figurinhas, em que há figuras comuns, fáceis e raras, e Anitápolis é uma figura rara, é o elo que comunica o corredor da Serra Geral ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Essa é uma região de cabeceira, nascente de grande rio e é lá que o pessoal pretende colocar um projeto desses, que foi apontada pelo próprio governo do Estado como uma área de grande suscetibilidade à erosão, a deslizamentos, consequentemente é uma área totalmente inadequada para esse tipo de projeto. Isso não é dito por um pessoal qualquer, é só você começar a olhar os próprios estudos realizados pelo governo do Estado de Santa Catarina apontando aquela área como tal.

No nosso trabalho nós protocolamos em torno de vinte documentos, entre eles uma ação civil pública junto da Vara Ambiental da Justiça Federal. Ou seja, o nosso trabalho culminou até chegar nesse nível de uma ação civil requerendo que todos os municípios onde haverá impacto tenham sua audiência pública legítima, não apenas levar um técnico do empreendimento ou acompanhante do órgão ambiental do Estado para dizer, por exemplo, que, segundo o nosso EIA-Rima nós temos barragem de 80 metros e nas atuais discussões baixou para 56 metros.

Então, por que está acontecendo isso? Nós lemos as três mil e poucas páginas, o nosso advogado aqui presente e o nosso corpo jurídico analisou tudo isso e está protocolado (*palmas*). Além do mais, eu não sou uma pessoa comum como sou comum. O problema é que eu sou um doutor, um Ph.D. em ecologia, em evolução nessa área toda de conservação, um cidadão que doou todo um serviço que se fosse cobrar seria mais do que os técnicos da Bunge cobraram. Mas isso aí é para nós, é para a continuidade.

E eu convidaria o pessoal da Fatma, no caso, para fazer o curso com a Montanha Viva sobre o que é sustentabilidade. Sustentabilidade não é um projeto de 33 anos, a partir de 33 anos, como foi dito nas duas audiências públicas, em 2007 e agora, em fevereiro último, na qual levei uma agressão no local da audiência. O técnico da Bunge chegou lá e disse: "Depois de 33 anos, está inscrito isso no EIA-Rima, Anitápolis que se vire". Isso não é sustentabilidade. Sustentabilidade é um trabalho que os meus filhos, os meus netos, os meus tataranetos sucessivamente possam entregar.

Hoje nós temos, em todo o Vale do Rio Braço do Norte, uma série muito grande de pessoas que praticam agricultura familiar sustentável, gerando emprego, gerando divisas, levando comida na minha casa em Florianópolis, na casa de vocês onde quer que seja. E temos que nos preocupar com isso.

Todos nós precisamos participar disso, exigir conhecimento, que a informação chegue. E quando começamos jornal nenhum de Florianópolis publicava isso. Nada foi colocado, ligamos um tipo de mordacha. Eu tive que recorrer ao Google, que me ensinou tudo isso e mais tarde conversando com mais e mais pessoas - e hoje estou aqui.

É uma felicidade imensa, fantástica saber que aquele trabalho de formiguinha está aqui multiplicado. Hoje são milhares de pessoas que estão cientes desse trabalho - e um trabalho que hoje não é mais meu, é de vocês. A vida é de vocês, a propriedade é de vocês. Se vier alguém de fora dizer que vai gerar emprego, lembrem-se dos empregos que vocês gerem.

O nosso amigo da sociedade agrícola, dos suínos lá, tem que tomar conhecimento de que existem projetos na Europa de produção de fosfato a partir de dejetos humanos. Por que não investir nisso? Se a questão é fosfato, se a questão é de (*ininteligível*) fertilizante, por que não fazer uma produção sustentável de fosfato?!

Eu gostaria de agradecer a todos; o deputado Décio Góes a oportunidade maravilhosa de proporcionar esse tipo de democracia; e parabéns a todos vocês. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Jorge.

Gostaria de passar a palavra ao representante da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agrego), Volnei Heidemann, que também é um dos solicitantes da audiência pública, por cinco minutos.

O SR. VOLNEI HEIDEMANN - Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o deputado Décio Góes por ter nos atendido no chamamento desta audiência e em seu nome toda a mesa, demais autoridades, todas essas lideranças e as pessoas que estão na luta ou se engajando na luta por esclarecimentos dessa situação.

Para falar da Agrego, muita coisa aqui foi dita. Então eu tenho que resumir algumas coisas que, enquanto construtores de uma proposta de vida nos últimos vinte anos, nós podemos dizer de causa própria das encostas da Serra Geral.

Desde 1991, a partir de uma festa cultural e com muitas dificuldades, alguns municípios e algumas lideranças, agricultores, buscaram um projeto de vida. Nesse projeto de vida os princípios, a agroecologia que gerou agroturismo, que por conta disso vai levar o turismo a alternativa de turismo rural, ao ecoturismo na linha da sustentabilidade.

O que envolve uma situação dessas? Para construirmos esse projeto de vida, que de forma geral, nos debates coletivos, o povo aprendeu no dia a dia, precisamos de luz em abundância no País, porque a natureza nos deu ar, água e terra. A nossa preocupação está aí. A gente tem tudo isso na encosta da Serra Geral de uma maneira bem organizada pela natureza.

Nós, como Agrego, e também as demais que estão aí e defendem o mesmo projeto de vida, estamos profundamente preocupados das ameaças que são colocadas com o tipo de empreendimento, como é o da IFC. E aqui estão vindo de Santa Rosa de Lima e de outros municípios inclusive estudantes que nem eram nascidos há trinta anos quando se iniciou com os debates, mas com uma angústia interior muito forte dizendo: O que vai nos acontecer?

Eu não senti em Santa Rosa de Lima, no meio dos estudantes, onde quer que fosse que se fizesse o debate, alguma preocupação com os 432 empregos. Nenhuma! Porque o projeto que estamos construindo enquanto agroecologia, agroturismo nos dá essa perspectiva com muita sobra. E vida de qualidade, nós estamos próximo dela. Não sei se com uma fosfateira vamos ter essa vida de qualidade que se propõe.

Perdoem-me todos os estudiosos, os técnicos, com muito respeito, fazem a função, é preciso fazer, mas o povo tem uma experiência acumulada de construção de projeto de vida que precisa também ser respeitada. (*Palmas*.)

Diante disso (a gente também foi solicitante desta audiência e acreditamos...), ou seja, diante das angústias postas no território precisamos de mais esclarecimentos (assim como foi falado aqui pelos antecessores) nos demais municípios, porque as informações são muito poucas.

E o que se chama de audiência pública em Anitápolis, eu participei de uma apenas, porque Santa Rosa não ficava sabendo... Numa dessas audiências públicas de grande impacto, desculpem a ironia, tínhamos três pessoas de Santa Rosa e fomos ignorados inclusive - e a de Anitápolis eu não sei se tinha 2% da população. Então, é preciso aprofundar.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Eu queria comunicar que neste momento a TVAL deixa de transmitir ao vivo esta audiência pública por conta do jornal da Assembleia Legislativa, mas a gravação vai ser na íntegra e depois ela vai ser transmitida num outro horário. Então, queria agradecer a TVAL a transmissão desta audiência até este momento e parabenizá-la pelo trabalho que tem feito de suporte às nossas atividades legislativas nesses dez anos que completa este mês.

Passo a palavra ao professor Wilson Schmidt, do Centro de Educação da UFSC, neste ato representando as instituições de ensino superior, que vai abordar as estratégias de desenvolvimento rural sustentável nas encostas da Serra Geral e a instalação da IFC. Depois passaremos às inscrições com as intervenções por dois minutos cada.

O SR. WILSON SCHMIDT - Cumprimento a mesa; e queria pedir licença para ler, no tempo estabelecido, o que preparamos no sentido de manifestação neste momento.

(*Passa a ler*)

"O Centro de Ciência da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, junto com outros centros, apóia a implantação de um Instituto de Educação no campo e desenvolvimento territorial e tem nas encostas da Serra Geral uma das principais referências para os seus estudos e trabalhos de extensão.

É preciso registrar aqui nesta audiência pública que o equívoco da política pública do Estado brasileiro não é o primeiro nesse território.

A emigração alemã predominante nessa região montanhosa, segundo Toni Jochem, no livro 'Terras da Esperança', veio de uma região do Norte da Alemanha na qual se avistava a visita a três dias de distância. Vieram para essa terra montanhosa com pouca fertilidade para a agricultura com o estímulo do governo brasileiro para expulsar os índios que ameaçavam a estrada de Lages para Florianópolis e a rota do charque, que ligava o Rio Grande do Sul a Sorocaba, em São Paulo.

Na colônia de Rio do Ouro, comunidade do município de Anitápolis, a terra era tão fraca e íngreme para a agricultura que os colonos alemães recusaram os terrenos oferecidos pelo governo. Este então resolveu doá-las aos negros recém libertos para que ocupassem aquelas terras.

O grande equívoco de hoje está na política de estímulo (a mineradora multinacional Bunge), especialmente do governo do Estado, ignorando um projeto de desenvolvimento territorial assumido pelos moradores da encosta da Serra Geral (*palmas*) em relação às cidades de Braço do Norte, Tubarão e mais fortemente à Grande Florianópolis.

A produção orgânica de hortaliças, frutas, carnes de peixes e de frango caipira, laticínios, foi apoiada pelo próprio Ministério da Agricultura, com a implantação de 26 pequenas agroindústrias em rede, em 6 municípios. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Sebrae apoiaram o projeto como referência para a implantação de projetos similares para a agricultura familiar em Mato Grosso, Alagoas e Maranhão.

O mesmo governo federal apoiou a implantação do agroturismo da acolhida na colônia de inspiração européia nas encostas da Serra Geral. Hoje a população urbana pode regularmente usufruir das pousadas nos pequenos municípios da encosta da Serra da Geral. Hoje o agroturismo não é mais privilégio do interior da França ou da ilha de Sardenha, na Itália.

O governo do Estado comprou merenda orgânica para as suas escolas. As crianças do Maciço do Morro da Cruz usufruíram do programa Sabor e Saber, tendo como base a sua merenda escolar; passaram a conhecer a geografia; de onde vem a água que abastece as suas torneiras; que a encosta da Serra Geral tem mais nascentes que habitantes.

O corredor ecológico é do Parque Nacional de São Joaquim e do parque da Serra do Tabuleiro, o Aquífero Guarani.

O governo federal atende pela sua política de aquisição de alimentos mais de cem mil pessoas com alimentos adquiridos dos agricultores familiares das encostas da Serra Geral. São mais de noventa entidades que constituem hoje um fórum de entidades urbanas.

Entendemos que aí se realiza a política pública. Não a realiza quando implementa um projeto com graves riscos de impactos ambientais e compromete os próprios investimentos que o poder público faz na região.

Conclamamos as universidades, além da UFSC, a Udesc, a Univale, a Unisul, a Unesc, para que formem, juntas, um grupo de trabalho que mobilize os estudos já realizados em dissertações e teses, para demonstrar que atua hoje um fórum de entidades urbanas. Entendemos que aí se realiza a política pública, não a realiza quando implementa um projeto com graves riscos de impactos ambientais e compromete os próprios investimentos que o poder público faz na região. Conclamamos a essas universidades para que formem esse grupo de trabalho para também demonstrar a incompatibilidade dos investimentos de uma multinacional, uma Bunge, e o projeto de desenvolvimento territorial das encostas da Serra Geral. (*Palmas.*)

Gostaria de dizer a todos vocês que nós desconfiamos desse parceiro que quer se instalar nas encostas da Serra Geral. A confiança é um patrimônio público - e nós precisamos ter confiança.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, professor Wilson Schmidt.

O promotor me falou que tinham dois representantes ou funcionários do DNPM - eu não conheço e não estava listado. Vocês teriam disponibilidade de usar o espaço e fazer algum depoimento sobre o caso do ponto de vista mais técnico?

(*Um dos funcionários responde: "Na próxima oportunidade."*)

Então vamos articular o convite para a manifestação, porque aqui já temos uma das nossas deliberações e pelo que entendi vamos ter pelo menos mais duas audiências.

Passo a palavra à senhora Salvelina Rosa.

A SRA. SALVELINA ROSA - Eu moro na região de Santo Amaro da Imperatriz e acompanhei o processo da Agreco.

Inicialmente, quero cumprimentar o excelentíssimo representante do Ministério Público pela provocação que fez, inerente a uma reflexão profunda e ampla da questão ambiental.

Antes da minha pergunta, quero deixar aqui aos líderes que detêm a liderança desses órgãos que dão licenças ambientais e permitem que empresas se instalem nesse nosso Estado tão abundante e também já tão sofrido, aquela frase famosa do índio Seattle: "Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra". (*Palmas.*)

Ao doutor Murilo Flores eu quero só fazer uma pergunta, já que ele, como timoneiro desse órgão, tem o poder de "canetear" essas licenças. Eu quero indagar a sua opinião sincera sobre a instalação dessa empresa em Anitápolis, quero a sua opinião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Rosa.

Com a palavra a senhora Teresa Barbosa.

A SRA. TERESA BARBOSA - Boa-tarde a todos, cumprimento os senhores deputados.

Eu sou professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, formada principalmente em Ecologia de Recursos Hídricos, e estou um pouco preocupada com essa questão por se tratar de uma das maiores bacias hidrográficas da região de Santa Catarina, que abastece todo o litoral.

Estive pensando que existem dois lados: existe um lado social também nessa questão. Vocês imaginem uma cidade de três mil habitantes, aonde chegam mil pessoas de fora (mil homens bons, maus, excelentes etc.) para ocupar essa região, e eles vêm, às vezes, acompanhados de suas mulheres. Há que se pensar na quantidade de estupros, de violência que pode ser gerada ao se trazer todo esse povo para uma cidade pequena; em se aumentando em um terço ou em um quarto a população daquela região, haverá danos morais, materiais, sociais e violência - e todos nós sabemos o quanto essa violência é permanente, hoje, na sociedade.

Essa entrada de pessoas de fora vai trazer um empobrecimento para a região; é um empobrecimento, não vai trazer riqueza nenhuma para a região. É muito importante que se considere, principalmente, o impacto social naquela região, doutor Murilo, porque o senhor é sociólogo, doutor em Sociologia, e sua decisão é importante junto aos órgãos e quanto a essa questão de licenciamento.

E quero dizer mais: se continuarmos a investir em turismo agroecológico, em turismo ecológico etc., muito mais retorno social, econômico vai haver para a região. (*Palmas.*) Quando as pessoas vêm de fora (da França, da Itália, de qualquer lugar), elas não vêm aqui para ver fosfateira. Elas vêm aqui para ver a natureza que existe, as árvores, as flores, os pássaros etc. É isso o que atrai o turismo. E o turismo, hoje, gera uma quantidade enorme de empregos em todo o mundo; é o maior gerador de empregos da atualidade.

Então, por exemplo, uma fosfateira (como o senhor mesmo falou, doutor Murilo) vai trazer muito pouco fosfato. Só vai complementar, vamos dizer, a produção nacional. Tem também essa possibilidade, por exemplo, de se utilizar o próprio esterco do suíno para produzir o fosfato de que se precisa.

Essa é uma questão que precisa ser repensada, porque já foi liberada a LAP. Então, uma coisa que é muito importante e que eu gostaria de dizer ao doutor Murilo e a

todos os deputados é que há uma incompatibilidade, atualmente, na busca do desenvolvimento econômico de Santa Catarina, e isso precisa ser levado ao governador. Ele está fazendo investimentos enormes na área de turismo, e isso pode vir a ser prejudicado depois! Então, se alguém tem essa facilidade, esse acesso ao governador, por favor, fale com ele.

O senhor tem um cargo comissionado, doutor Murilo, e lhe peço, por favor: leve ao governador toda esta discussão aqui, porque a sociedade está preocupada! É muito mais lucrativo que tenhamos o desenvolvimento turístico que o desenvolvimento de uma fosfateira, que vai trazer pouco rendimento para o lugar, além de trazer uma quantidade de gente que trará problemas sociais de grande relevância para aquela região.

Já tem pequenas PCHs que estão sendo construídas ali na região, já estão sendo trazidos homens de fora, e eu posso dizer: já aumentou a violência em alguns lugares, os tiros... Ou seja, existem problemas de rivalidade entre as pessoas que moram no lugar e as pessoas que vêm de fora. Ao se criar isso, já está se criando uma rivalidade muito grande, social, que vai gerar um problema muito, muito, muito grande no lugar.

É isso o que eu gostaria de dizer.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigada, Teresa.

Passo a palavra ao próximo inscrito, senhor Geraldo Luiz da Silva Jardim.

O SR. GERALDO LUIZ DA SILVA JARDIM - Inicialmente, nós fizemos uma aliança (a ONG Reliplam com a ONG Montanha Viva). Dali em diante, conseguimos construir uma maior consciência de toda a população graças à eficiência de todas as pessoas que também escutavam essas informações e que as foram passando adiante. Todo mundo se multiplicou e conseguimos romper a mordida que foi colocada em todos os nossos municípios.

Todos se manifestaram aqui fazendo seus discursos. Eu até gostaria de colocar alguns pontos, mas estou vendo que não há tempo e o assunto é vasto. Eu acho que as ilicitudes desse empreendimento são tão grandes que não é suficiente, realmente, uma audiência pública só.

Confesso que fico um tanto assustado quando as audiências públicas se multiplicam e se pulverizam em todos os municípios, sem a possibilidade de as pessoas contrárias a esse empreendimento poderem ir para essas audiências públicas. Ora, sabemos que estamos gastando dinheiro nosso para defender nossas vidas, mas estamos gastando dinheiro. Só que uma empresa dessas ganhou do BNDES 480 milhões para esse empreendimento (um banco público, de novo o BNDES, porque ele já está sendo conhecido como financiador da devastação no Amazonas), e mais, no montante, 3,2 bilhões para a própria Bunge, para outros empreendimentos fora do País.

Ora bolas, 480 milhões distribuídos e os nossos municípios... Eu pergunto a vocês: o que a gente desenvolveria com o agriturismo, com o turismo? O que a gente não faria? Os quinhentos empregos que essa empresa promete não são absolutamente nada. Sabem por quê? Nós vimos lá em São Martinho, numa reunião que tivemos com um grupo temático dos prefeitos da Encosta da Serra, uma empresa fazedora de bolachas que emprega cinquenta mulheres. Seriam dez fábricas de bolacha! Isso não é nada! (Palmas.)

Outra coisa que vejo é que a democracia chegou ao fundo do poço. O comunismo também chegou ao fundo do poço, não houve evolução, mas não houve evolução também por causa da população; a população também é culpada disso. Mas, principalmente, por causa dos políticos, porque a própria democracia não se desenvolveu, não passou a ser uma democracia fórum-participativo-digital, ou seja, onde todos podemos decidir sobre situações graves para o nosso meio ambiente, para a nossa sociedade, para a nossa economia. Porque isso não está influenciando só os passarinhos, as flores e não sei mais o quê, está influenciando a nossa vida também, porque nós somos indissociáveis da natureza, a nossa mãe é indissociável de nós. É ela que nos alimenta, que nos dá comida, bebida, prazer, é ela que controla até a nossa serotonina, ou seja, o nosso bem-estar.

Então não é uma questão só ambiental. Eu, como ONG ambiental, digo que não é só uma questão ambiental: é uma questão mundial. Essa situação é mundial, porque o Brasil está sendo loteado para esses tipos de empreendimentos destrutivos.

Quanto ao fosfato, eu acho de extrema ignorância a gente afirmar que precisamos de fosfato para a agricultura. É uma extrema ignorância agrícola, porque o modelo que o País está colocando é um modelo de dependência de NPK, de veneno, e isso a gente sabe que não vai durar cinquenta anos porque está tudo se extinguindo, nós não temos mais fósforo. É até uma falácia dizer que o fosfato é necessário. A agricultura orgânica prova o contrário e é tecnológica.

Agradeço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigada, Geraldo.

Não é de hábito a gente fazer lista de presença, mas eu solicitei ao Cabral para passar umas folhas aqui, para o pessoal poder listar sua presença com endereço, telefone ou e-mail. Estou percebendo que depois vamos precisar fazer uma rede de informações entre nós, e é importante a gente ter esse dado pra não perdermos esse vínculo que foi estabelecido hoje aqui. Mesmo que tenhamos de encaminhar alguma coisa, teremos o respaldo dessas assinaturas. Então coloquem o nome, um contato (telefone e e-mail, se já tiver), e uma rubrica ali do lado, só para constar também como lista de presença. Depois, nos encaminhamentos, a gente pode combinar como vamos estabelecer uma rede.

Com a palavra o senhor Ademir Milo Motta da Silva.

O SR. ADEMIR MILO MOTTA DA SILVA - Boa-tarde ou boa-noite (aqui dentro desta sala a gente já perdeu o tempo, não sei se é tarde ou noite, mas enfim). Estou emocionado e feliz, porque sou um dos signatários do pedido da audiência pública. Atualmente, moro em Gravatal e sou secretário municipal de Educação de Gravatal.

Queria fazer aqui um apelo, mas antes disso gostaria de contextualizá-lo. O professor Wilson Schmidt, da Universidade Federal, falou que a confiança é um patrimônio público. Eu o complementaria dizendo que a esperança é uma riqueza pública e individual, e como uma pessoa que tem muita esperança na minha vida, quero dizer que nasci na cidade de Siderópolis, ao lado de Criciúma, e morei lá durante muitos anos da minha vida. O meu pai, a quem sou muito grato por ter me oferecido a oportunidade de estudar, trabalhou numa mina de carvão. Ele não teve oportunidade de estudar, teve que trabalhar numa mina de carvão. Quando eu tinha 18 anos, por aí, comecei a participar de um movimento ecológico contrário às minas de carvão, e o meu pai me cobrava: "Mas como? Eu trabalho nas minas!" (só para contextualizar, por favor). Eu disse: "Olhe, meu pai, você me ensinou a integridade, eu estou sendo íntegro com as minhas ideias". Então, como morador do planeta Terra, estou aqui para dizer que a esperança é uma riqueza que não podemos perder.

Caro promotor público aqui presente: gostei muito da sua fala e quero parabenizá-lo por ela (quero também parabenizar o deputado Décio Góes e os outros deputados pela oportunidade desta audiência). Você alimentou nossa esperança. Existem promotores e promotores, e sua fala foi muito boa, e o seu compromisso também.

O meu pedido envolve a promotória pública e também a Fatma. Estou tentando ter compaixão pelo Murilo Flores, na situação em que ele se encontra (como presidente da Fatma nesta mesa), pelas flechadas que nós estamos dando, mas ele sabe o papel que cumpre, ele é o presidente de uma instituição. Sinto muito em dizer essas palavras, não é de forma mal educada (pelo contrário, é com toda a educação, com todo o respeito e carinho): a Fatma é uma instituição que está com descrédito na sociedade. (Palmas.)

Sinto muito em ter que dizer isso, é um ponto de vista, posso estar errado, mas é o ponto de vista da população. Ainda anteontem tivemos uma apreensão, e com um funcionário da Fatma envolvido em licenciamento indevido de postos de combustível (algo muito menor que uma fosfateira). Bem por isso, Murilo Flores, a nossa desconfiança com a Fatma é grande. Eu acredito que isso pode ser revertido e gostaria que a Fatma cumprisse seu papel e ganhasse a confiança nossa, da população.

Eu gostaria muito disso, e agora faço meu apelo para que esta audiência pública seja a primeira de muitas. Nós pedimos para ser em Florianópolis, sim, para dar visibilidade, para ter muitos deputados e ter a imprensa. E convoco a imprensa, todos (jornal, TV): por favor, vamos falar da fosfateira, vamos falar de forma imparcial, isso é um apelo. No caso do promotor público e do Murilo Flores, que tenha também audiências mais regionalizadas, inclusive nos municípios.

Acredito muito na promotória pública e quero dizer que a minha esperança aumenta pela sua postura (acredito que a das outras pessoas também). Precisamos ter critérios bem claros nessas conferências públicas para que a gente não tenha medo de participar, porque lá na região do carvão, muitas vezes, nós participamos e fomos até, digamos, ameaçados. Tudo isso é muito constrangedor. Eu sinto muito, porque às vezes é fácil manipular quem deseja um emprego, e assim por diante.

Caro presidente da Fatma Murilo Flores, eu quero acreditar nas suas palavras, quero acreditar no seu passado, mesmo não o conhecendo pessoalmente. Já ouvi muito de você, e gostaria que você, como pessoa, como presidente da Fatma, daqui para diante se empenhasse ao máximo para o processo ser o mais democrático e aberto possível. Legislação é uma demanda de políticas públicas. As legislações mudam, assim como as políticas públicas mudam. (Palmas.)

E mais, como professor de universidade, sempre ensinei a meus alunos: a técnica, por si só, não resolve. Quando alguém diz: "Eu dei um parecer técnico, não tem nada a ver com política"... Opa! Não existe inseparabilidade. Técnica, política e legislação são coisas dentro de um sistema onde precisam ser considerados os aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos, pois esse projeto pode vir a causar grandes impactos. A região de Criciúma, como o promotor falou, vive graves danos ambientais originados há décadas e que vão perdurar por mais décadas. Não vamos arriscar uma região como essa com um grande projeto, e com possibilidades de grandes impactos para as futuras gerações.

Então, caro Murilo Flores, endosso o pedido da pessoa que me antecedeu: o governador do Estado Luiz Henrique tem que ficar sabendo sobre essa situação. Por mais que seja inocência (porque a inocência é outra riqueza que eu considero), posso estar sendo inocente nesse apelo, mas ele é um grito de um cidadão: o governador Luiz Henrique precisa se manifestar publicamente sobre essa questão. É o meu apelo. (Palmas.)

Gostaria que o Murilo Flores, com todo o seu conhecimento, com toda a sua *expertise* no campo ambiental, convencesse o governador e convencesse outros. Aos deputados, por favor: vamos servir sempre com afinco, nas próximas audiências, para valorizar este debate público.

Obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Passo a palavra ao promotor Luís Eduardo Souza, que tem uma consideração muito rápida a fazer.

O SR. PROMOTOR LUÍS EDUARDO SOUZA - Professor Milo, só para fazermos justiça. Essa operação que ocorreu no sul do Estado, que resultou na prisão de um coordenador regional da Fatma de Tubarão e de um técnico também da Fundação do Meio Ambiente estadual na Capital, contou diretamente com o respaldo da Presidência da Fundação. (Palmas.)

Então, nós temos que fazer justiça a essa coparticipação da Fundação do Meio Ambiente, já trabalhando a ideia de novos tempos na Fundação. O desastre da condenação de um órgão público pelo todo pode ser um erro, inclusive, para os interesses que nós pretendemos proteger, em função da injustiça.

Então, essa parceria e o sucesso dessa demanda têm que ser também compartilhados com o presidente Murilo, na expectativa de que teremos, aí sim, novos tempos na Fundação, resgatando excelentes profissionais que estão lá dentro e tentando também identificar eventuais maus profissionais e puni-los da forma como devem, como também existe em outras tantas instituições.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Rafael Freitag.

O SR. RAFAEL FREITAG - Boa-noite. Sou turismólogo e estou junto com o pessoal aqui que faz parte do Grupo Técnico Temático de Turismo Rural de Santa Catarina. Trata-se de uma junção de pessoas, entidades, associação de agricultores que já trabalha há cinco anos para desenvolver o turismo rural na agricultura familiar em Santa Catarina.

No ano passado foi sancionada a Lei Traf/SC que, entre outras inovações, reconhece a atividade de turismo rural na agricultura familiar como uma atividade agrícola. Então, o agricultor vai poder passar nota de produtor rural para poder servir alimento e dar hospedagem. Isso é uma inovação, um pioneirismo no Brasil, decorrência do trabalho de dez anos da colônia, que foi selecionada pelo Ministério do Turismo como o destino indutor, no Brasil inteiro, de turismo rural. São sete ministérios do Brasil que estão aportando recursos e viabilizando ações junto à Encosta da Serra Geral. Em outras palavras, a Encosta foi escolhida pelo governo federal como sendo a referência de turismo rural praticado no Brasil, isso em nível internacional. Isso só para vocês terem noção do que vai acontecer com o turismo rural praticado na agricultura familiar, com a instalação dessa fábrica.

Outra questão é a da soberania, já que 50% dos insumos que o Brasil usa vêm de fora. Seria a soberania nacional ou a soberania do capital? Porque esses insumos não vêm para cá, eles vão para as grandes fazendas de Mato Grosso, de São Paulo, e essas grandes fazendas muitas vezes são de empresas que não são daqui. Então, soberania nacional... Eu não vejo como insumo... Não vejo que seja a soberania nacional, mas a soberania do capital.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Rafael.

Com a palavra o próximo inscrito, senhor Carlos Loch.

O SR. CARLOS LOCH - Boa-noite a todos, eu sou professor da UFSC há quase trinta anos.

Não tenho nada contra a agricultura, até porque venho de um microfúndio rural do sul de Santa Catarina, portanto nasci aí dentro. Mas estou na UFSC há quase trinta anos e gostaria de dizer que já orientei 176 mestrandos ou doutorandos, então eu tenho um currículo razoável para falar sobre esse tema.

O que me preocupa, pessoal, nobres prefeitos e deputados, é que Santa Catarina não conhece o Estado que tem. A cartografia sobre a qual foi feito esse Rima é de quarenta anos. Sabem em que escala? De 1 para 50 mil. Sabem qual o erro que essa escala permite? De 40 metros, planialtimétrico. E esse pessoal diz que faz Rima? Pessoal, vão enrolar no inferno, mas não em Santa Catarina! Desculpe, Murilo, você pode ser cientista na área de Sociologia, mas Rima se faz em cima de medida! Rima se faz em cima de conhecimento e monitoramento! E isso não teve nesse Rima!

Eu olhei algumas coisas aqui: tem um Rima que, diz aqui, mapeia para 50 mil! Pessoal, mapa 50 mil permite curva de nível de 20 metros em 20 metros! Você vai me dizer que alguém faz Rima, Décio? Você é arquiteto, sabe disso! Vai fazer um Relatório de Impacto Ambiental com erro planialtimétrico de 20 metros ou de 40 metros? Para! Isso é uma piada! Isso é uma piada... Eu sou professor de Engenharia Civil, já orientei dezenas de arquitetos, agrônomos e tantos outros profissionais. Isso não existe!

Estou aqui com alguns apanhados, que coletei no arquivo público, cheio de mentiras! Cheio de incredibilidades totais! E aí eu digo: o Tuzi é meu amigo; o Tuzi faz, sim, Murilo, trabalho de hidrologia urbana, e não rural! Então, o que o Tuzi sabe de hidrologia e de recursos hídricos rurais? Nada! Isso eu digo! Eu sou de Santa Catarina, já orientei teses de doutorado sobre outorga de uso de água, sim, aqui em Santa Catarina! E foi uma piada, porque nós não temos dados. A nossa qualidade de dados é uma droga!

E digo: por que o Estado de Santa Catarina não tem mapa? Como é que vai fazer Relatório de Impacto Ambiental se a nossa informação usada é de quarenta anos atrás, quando tudo era floresta? Isso não existe, pessoal, isso é uma piada!

Eu nasci e me criei (tenho 52 anos) num microfúndio. Hoje sou professor de uma universidade porque estudei! E o

que falta aqui em Santa Catarina, para que este Estado busque, como o Wilson Schmidt falou... Eu sou também descendente de alemães. O que falta aqui, para o turismo rural, é mapa para trazeremos pessoas de fora, para que o pessoal saiba o que nós temos! E aí empreendimentos vão ser analisados com qualidade, não com esse mapa velho aí, em escala absolutamente incoerente! Não se faz turismo de qualidade, nem indústria de qualidade, e muito menos Relatório de Impacto Ambiental com esse lixo de informação que tem aí!

Então, isso uma empresa precisa saber! Eu acho impressionante essa necessidade, e como professor da UFSC me coloco à disposição, como morador, como vindo do sul do Estado. Já ajudei muitos municípios do sul do Estado na área carbonífera, orientei mais de vinte teses de doutorado e estou à disposição para isso! E a UFSC está à disposição para isso, dentro do único curso de mestrado e doutorado de Cadastro Multifinalitário da América Latina. Isso dá para trazer muita coisa para cá.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Carlos.

Passo a palavra à senhora Cássia M. Dambrowski.

A SRA. CÁSSIA M. DAMBROWSKI - Boa-noite a todos. Estou bem à vontade aqui porque já fui procuradora jurídica da Fatma, já fui chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, assessora do Ministério Público Federal na área ambiental, e por aí vai.

Hoje estou aqui como mestranda da Engenharia Civil da nossa área de Cadastro Técnico Multifinalitário. Eu gostaria apenas de lamentar a ausência dos técnicos da Fatma, gostaria de lamentar a ausência do empreendedor. Então, isso não se caracteriza como uma audiência pública, infelizmente. Eu acho que a intenção foi belíssima, acho que nenhum empreendimento deve, hoje em dia, pensar em se alocar num Estado, onde tantas mentes brilhantes estão, sem uma discussão ampla, geral e irrestrita.

Então, fica aqui meu apoio ao que meu ex-aluno, deputado Ponticelli, falou: eu acho que nós precisamos mesmo de outras audiências onde o quadro esteja todo completo. Parabenizo a atitude de todos os prefeitos, acho que em regiões metropolitanas é tudo o que a gente deve falar daqui para frente. Acho que aquela máxima "pensar globalmente e agir localmente" nunca esteve tanto em moda, e acho que é por aí. O meio ambiente afeta a maioria das pessoas, não há como a gente dizer que está de fora.

Creio que este seja um início, como bem falou o deputado, e eu gostaria de me deter em duas questões técnicas que acho que passaram batido. Audiência pública não é apenas para gente dizer o que o coração manda, e sim, a gente tem que prestar atenção em questões técnicas que são vitais. Então, já que o presidente Murilo repassou a LAP ao presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Décio Góes, eu gostaria de saber se o senhor vai disponibilizar para todos nós essa LAP. Gostaria de saber como isso vai ser providenciado, porque alguns colegas do mestrado tentaram obter essa documentação junto à Fatma, onde está com numeração equivocada e não está sendo disponibilizada, como deve ser, para o público todo. Então eu gostaria de pedir o seu compromisso de disponibilizar para gente a LAP, porque nas costas da LAP existem as condições de viabilidade e de implantação da LAP, ou seja, atrás é que a coisa pode pegar, podem ter algumas condições que sejam até mais importantes do que as que devem ser atendidas.

Gostaria, então, de pedir também para o senhor Murilo ou para o deputado que nos informassem quando foi expedida essa LAP e qual é a sua data de validade, já que sabemos que ela pode ser prorrogada.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Cássia.

Já respondendo à pergunta da Cássia, este é o motivo pelo qual estou pedindo também a lista de presença com *e-mail* ou telefone: para gente poder mandar digitalizado todo esse material que eu recebi aqui. Eu já tinha recebido algumas solicitações aqui, mas não temos agora estrutura para tirar

xérox para todo mundo; então seria uma maneira eficiente de a gente reproduzir o material.

Então vai ficar disponível; qualquer questão, o Cabral (nosso assessor da comissão de Turismo e Meio Ambiente) e o Newton podem também enviar o material solicitado.

Com a palavra o professor Milton de Andrade.

O SR. MILTON DE ANDRADE - Boa-tarde a todos, sou professor da Universidade do Estado de Santa Catarina, diretor-geral eleito do Centro de Artes, tomei posse no dia 3 de agosto. Venho aqui representar a minha unidade e dar total apoio à iniciativa.

Dizer que nós estamos mobilizados para fazer a difusão em nível nacional e internacional. Não podemos colaborar na parte técnica, mas, sem dúvida, podemos fazê-lo como agentes de difusão da problemática. No pouco que já pude aprender nessa minha iniciação na administração pública, aprendi uma coisa muito simples: quando vamos assinar uma autorização para uma ação ou autorizar, no caso, uma ação que vá envolver o meio ambiente, um laudo ambiental, uma licença ambiental ou um simples projeto de pesquisa de extensão, precisamos estar com uma mão na caneta, um olho na lei, o outro olho naquele que me traz o projeto, e a outra mão na consciência.

Então, este evento aqui promove essa consciência. E é assim que eu devolvo a palavra ao presidente da Fatma, ligando-me a todos aqueles que se colocaram na direção dele, para que ele possa também falar um pouquinho, obviamente, a respeito da parte técnica, mas também dessa consciência que está sendo criada e o quanto o senhor considera que este evento possa estar colaborando no desenvolvimento dessa consciência, que obviamente vai afetar o futuro ato de uma licença ambiental definitiva.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Milton.

Passo a palavra ao senhor Francisco Beltrame, do Comitê da Bacia do Rio Tubarão.

O SR. FRANCISCO BELTRAME - Boa-tarde a todos. Inicialmente, gostaria de parabenizar a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, na pessoa do deputado Décio Góes, por esta iniciativa. Aproveito a oportunidade aqui, falando em nome do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, onde, nesta gestão, recentemente assumimos como secretário executivo, para informar e requerer ao final.

Inicialmente, em que pesem os quatro anos galgados no processo de licenciamento, assim como muitos de vocês e muitos dos que aqui falaram foram surpreendidos pelo projeto Anitápolis, nós, do Comitê, também o fomos. Nós desconhecíamos, até dois meses atrás, todo esse envolvimento que existe há quatro anos e que já redundou na licença ambiental.

Depois de termos o conhecimento, nós também fizemos uma audiência pública lá em Tubarão, ou melhor, tentamos reunir os envolvidos, assim como a fosfateira. Não é novidade, não apareceu nesse evento. Mas, de lá, nós fizemos algumas deliberações: entre elas, a criação de um grupo de trabalho que estudaria essa situação para manifestação técnica, por entendermos que devemos ter fundamentos tanto para emitir um posicionamento favorável ou contrário; temos que ter um entendimento e conhecer a questão.

Um ponto que nos chamou muito a atenção foi que a própria SDS que faz parte dessas questões ambientais se manifestou (um parecer técnico que fundamentou a LAP) e sequer comunicou ao nosso Comitê. Então, nós fomos aliados também pelo governo do Estado nesse sentido.

Como falei, a gente tem a necessidade de aprofundar. Entendemos que deve haver uma discussão ampla, deve haver mais debates. Só que, para haver debates em nível de audiência pública, entendemos que todos devemos estar perfeitamente em sintonia e cientes daquilo que vai ser debatido. Então pedimos aqui, em público (ou reiteramos o pedido da colega que me antecedeu), que a LAP nos seja disponibilizada. Nós pedimos, há um mês, todo o processo administrativo que gerou essa licença ambiental, para que pudéssemos ter conhecimento e ir numa audiência pública, efetivamente, sabendo aquilo que vamos argumentar e se

aquilo que estão nos falando, realmente, é a realidade. Então, que solicitamos que seja disponibilizado às entidades que tenham interesse não somente a LAP, mas todo o processo administrativo, para que tenhamos, efetivamente, conhecimento.

Concluindo, ficou evidente pela manifestação de todos, pelo próprio desdobramento que tivemos na mídia, de todos os envolvidos, que há muitas dúvidas, há muitas questões que não estão claras - e isso, no meu ponto de vista, enseja ou pode ensejar um vício, vamos dizer, nesse processo. Fica aqui um apelo, um requerimento para que novas audiências, efetivamente, venham a ser implantadas, regionalizadas, discutidas em todos os municípios da Bacia do Rio Tubarão e Complexo Lagunar. Enquanto isso é discutido com propriedade e fundamentação, requeremos que essa LAP seja revogada, vamos dizer, até que se discuta, por uma questão de vício. Nós não fomos ouvidos efetivamente.

Esse é o apelo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Francisco.

Com a palavra o senhor Luiz Pimenta.

O SR. LUIZ PIMENTA - Boa-noite a todos. Sou professor da Universidade do Estado de Santa Catarina, dou aula da disciplina de Ecologia e trabalho no laboratório de Geologia. Acabamos de criar, dentro da Udesc, um grupo de Gestão de Riscos. Em função disso, a minha manifestação de preocupação pelo que está acontecendo no Estado.

Quando a gente fala em Gestão de Riscos, falamos em três aspectos principais. Primeiro, nas ameaças, que são naturais e algumas provocadas pelo próprio homem. Segundo, na vulnerabilidade (pessoas que vivem em certo espaço, em certo local e que estão vulneráveis àquela ameaça). Por fim, na capacidade de resposta dessas pessoas e do governo (federal, estadual, municipal) frente à ameaça e à vulnerabilidade.

A gente pôde perceber, nos eventos que ocorreram no final do ano passado, o quanto somos vulneráveis a qualquer tipo de evento extremo, e que Santa Catarina é o Estado, hoje, no Brasil, que tem a maior quantidade registrada de eventos extremos (dentro inundações, cheias, furacões, tempestades, granizo, estiagem). Então, trata-se de uma série de eventos, de ameaças naturais em que, pela tendência, independente da mudança climática, estamos vulneráveis. A própria Bacia do Tubarão é um caso à parte em função de algumas enchentes, inundações, cheias, furacões, tempestades, granizo, estiagem. Então, trata-se de uma série de eventos, de ameaças naturais em que, pela tendência, independentemente da mudança climática, como se fala muito, ou de outras questões, a gente está vulnerável. Por exemplo, a própria bacia do Tubarão, caso à parte em função de algumas enchentes, inundações, o próprio Furacão Catarina, que bateu ali na bacia. E quando a gente pensa numa mineração, qualquer que seja, isso é aumentar a ameaça provocada pelo homem.

Infelizmente, os planejamentos... Agora se está mudando isso em função do que aconteceu em Itajaí há pouco tempo, os planejamentos urbanos, os planos rurais e muito menos os EIA-Rimas ou quaisquer outros estudos levavam isso em consideração. Os EIA-Rimas não levam isso em consideração. Naquela região, pela construção topográfica, geológica, geomorfológica, a cobertura vegetal é totalmente propícia a esses eventos.

É um apelo, uma preocupação por esses estudos não levarem em consideração, têm que ser levados em consideração daqui para frente para o planejamento de todo o nosso território. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Góes) - Obrigado, Luiz.

Vieram algumas questões para a mesa, uma delas acho que já respondi, e questionamentos ao presidente da Fatma, Murilo Flores.

Passo a palavra ao Murilo, para responder às questões que lhe forem pertinentes. Se alguém da mesa sentiu que

precisa responder a alguma questão, eu concedo a palavra, e tudo muito rapidamente, para tirarmos os encaminhamentos.

Consegui recolher aqui umas três sugestões, e vamos ver se a plenária complementa, aprova ou desaprova algumas dessas sugestões aqui.

Passo a palavra ao deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOARES PONTICELLI (SC) - Presidente, já que na sequência V.Exa. vai, depois da manifestação do senhor Murilo, partir para os encaminhamentos, eu só quero reiterar que realmente tivemos um entendimento com V.Exa. para realizar esta audiência pública aqui, mas quero voltar àquele meu requerimento e propor que uma das próximas audiências públicas seja realizada no Vale do Braço Norte.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Passo a palavra à senhora Rosane Back.

A SRA. ROSANE BACK - Obrigada pela oportunidade. Sou moradora de Anitápolis, na localidade de Rio dos Pinheiros, que fica bem próxima da IFC.

Vou falar com muita simplicidade, e das poucas palavras que eu vou dizer, gostaria que pelo menos uma tocasse profundamente o coração de todos vocês. Meus pais moram lá há mais de sessenta anos, e a preocupação deles é muito grande, porque a casa deles vai ficar bem próxima da primeira barragem que será construída, vai ficar a 500 metros da barragem, que tem 80 metros de altura. Então, a preocupação deles é muito grande, e queria pedir o apoio, a ajuda do presidente da Fatma, Murilo Flores, no sentido de que ele olhe com bastante carinho a nossa comunidade.

Queria dizer também que sou professora de educação infantil, e há alguns dias eu estava conversando com os meus alunos sobre o meio ambiente, o que a gente deve fazer, como a gente deve preservar, e um deles disse: "Ah, professora, você sabia que eu moro no planeta Terra e que eu devo cuidar muito dele?" E eu gostaria que as pessoas olhassem mais profundamente [o nosso planeta] com os olhos das crianças. Eu sei que tudo que a gente vai fazer agora vai criar um grande impacto futuramente para essas crianças, então, estou aqui falando como professora, como mãe. É a minha preocupação, a minha angústia, entenderam?

Eu queria ajuda, e peço ajuda, porque estamos aqui com poucas pessoas de Anitápolis. Não temos o apoio do prefeito, temos apenas o apoio do vereador Rogério, que está aqui com a gente.

Quero agradecer a todos que estão aqui e pedir a todos os prefeitos dos municípios vizinhos a Anitápolis que nos ajudem, porque a gente precisa ser contra, precisa lutar contra essa fosfateira, que não vai trazer nada de bom para a nossa comunidade, não vai trazer nada de bom para o nosso município nem para os municípios vizinhos.

A gente precisa olhar com mais amor para o nosso meio ambiente, e gostaria que o presidente da Fatma olhasse com bastante carinho para a gente.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Passo a palavra ao presidente da Fatma, senhor Murilo Flores.

O SR. MURILO FLORES - Deputado, não vou me estender muito, mas preciso de alguns minutos para poder fazer algumas colocações, já que várias perguntas e citações foram dirigidas a mim e à Fatma.

Primeiro, queria deixar uma informação muito clara: ao me deslocar da presidência da Epagri para a presidência da Fatma em fevereiro deste ano... Aliás, no dia da minha posse houve uma audiência pública em Anitápolis; e nem sabia o que estava acontecendo em Anitápolis quando assumia a presidência da Fatma.

Mas queria dizer que compartilho da afirmação que foi feita aqui, e aplaudida pelo auditório, no sentido de que a Fatma possui hoje um grande descrédito junto à opinião pública, e ao deixar a presidência da Epagri para assumir a Fatma, um dos objetivos meus era resgatar a credibilidade da Fatma. Hoje, nenhum governo pode dispensar a presença de um órgão de meio ambiente forte, competente, transparente e absolutamente honesto para ajudar a tomada de decisão a respeito das questões ambientais no Estado. Essa é uma missão.

Queria agradecer as palavras da intervenção do doutor Luiz Eduardo a respeito da questão dos postos de combustíveis no sul do Estado. Ele sabe que temos uma luta por várias questões: tornar a Fatma mais eficiente, mas torná-la, acima de tudo, mais transparente.

Alguns que aqui falaram talvez fossem ainda crianças quando comecei a minha vida profissional - infelizmente a idade já está me passando -, mas aqueles que conhecem a minha vida sabem que comecei lutando contra os agrotóxicos. Transformei o centro da Embrapa, que era voltado para o apoio às indústrias de agrotóxicos, num centro de pesquisas voltado para estudar os prejuízos que os agrotóxicos causavam ao meio ambiente. Isso faz parte da minha história, e eu tinha vinte e poucos anos quando comecei a militar nessa área. Particpei da eleição, junto com o pessoal da SOS Mata Atlântica, em São Paulo (na época eu vivia em Campinas), de um dos primeiros deputados federais, Fábio Feldmann, eleito exclusivamente pela bandeira da questão ambiental.

Eu queria dizer isso porque sei muito bem o que vocês estão falando, sei muito bem o que vocês estão sentindo. Passei quatro anos na Universidade Federal de Santa Catarina fazendo o meu doutorado em Sociologia Política exatamente sobre desenvolvimento territorial sustentável. Nos anos 1990 ajudei nos passos iniciais da Agreco, de longe, e também tenho muita satisfação de ter dado uma pequena contribuição para a construção de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável da Encosta da Serra Geral, que vem sendo debatido - alguns que estão aqui nesta sala me viram participar da coordenação da reunião sobre o debate.

Então, aqueles que conhecem a minha história sabem o que penso sobre a questão do meio ambiente, mas não me cabe aqui, como presidente da Fatma, externar o meu pensamento pessoal, [e sim a função de um] órgão de meio ambiente, que tem a responsabilidade de aprovar licenciamentos com base na legalidade. Assim ele deve proceder, e a Fatma assim está fazendo.

O projeto, como foi apresentado, não seria aprovado. A licença ambiental prévia, que vocês têm a disponibilidade de verificar, só foi assinada - e foi por mim, que já era presidente da Fatma - com base numa quantidade expressiva de exigências, que vamos saber se serão acatadas pela empresa somente quando ela apresentar o pedido de licença ambiental de instalação. A Fatma não sabe se as condições que a empresa impôs serão acatadas; agora, a Fatma acredita que o que ela impôs atenderia a legislação ambiental.

Queria que aqui as pessoas e os técnicos sérios da Fatma (porque as pessoas que não são sérias na Fatma serão afastadas, como está ocorrendo), que existem e são competentes, sejam respeitados.

Na questão ambiental, a matemática não é $1+1=2$. Meio ambiente é um sistema complexo e seus efeitos não são absolutamente previsíveis. Portanto, ainda que a legislação seja muito clara do ponto de vista técnico, podemos ter divergências, porém o respeito ao posicionamento técnico de cada um deve ser considerado, e o espaço do debate técnico é colocado. Por outro lado, é evidente que nem sempre um empreendimento, ainda que legal, ainda que correto ambientalmente - estou falando isso de forma genérica - é implementado.

Eu tive a oportunidade de escrever um artigo, em parceria com uma professora da Universidade Federal de Santa Catarina, que está publicado num livro, abordando exatamente que nem sempre o posicionamento técnico deve ser necessariamente seguido; a vontade popular muitas vezes transcende o posicionamento técnico. A população tem o direito de tomar a decisão do rumo que quer. (*Palmas.*) O que deve ser considerado é a relação custo/benefício caso a caso, e sobre benefício, a população tem outros valores a serem considerados. Isso é claro para mim. Por essa razão, deixei de ir a uma reunião em que eu só seria aplaudido - não só por um segundo, como fui agora (*ri*) - para estar aqui com um público que eu sabia que era absolutamente adverso à concessão da LAP pela Fatma, porque eu acredito que o debate tem que ter público.

Todas as três mil páginas que temos na Fatma estão disponíveis, porque, volto a dizer, há dois debates: o debate técnico, para o qual temos três mil páginas, e o debate político, que na realidade está sendo travado aqui. Não temos condição,

numa metodologia como essa, de discutir tecnicamente. Um processo como esse é um debate político, público, e não técnico.

Então, as três mil páginas estão disponíveis para a Comissão da Assembleia Legislativa. Nós não estamos tirando cópia - a pedido nenhum - dessas três mil páginas por uma única exclusiva razão: a Fatma é um órgão público e não tem dinheiro suficiente para tirar tantas vezes três mil cópias, como tem sido solicitado. Mas se a Comissão de Turismo e Meio Ambiente quiser uma cópia das três mil páginas, elas estarão disponíveis. Se as pessoas quiserem, por outros procedimentos, tirar uma cópia, também estão disponíveis, porque se trata de interesse público. e nenhum posicionamentos da Fatma pode ser feito sem ser de conhecimento público.

Isso eu queria colocar dessa forma.

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Pode ser acessado pela Internet?"*)

Não está na Internet. No total, não está na Internet.

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Está havendo má-fé!"*)

Quem é que está de má-fé aqui? Uma pessoa que está de má-fé viria para este auditório?! Estou dizendo aqui que as três mil páginas do documento da Fatma estão disponíveis! Uma cópia será encaminhada ao deputado Décio Góes, e para quem mais quiser ler essas páginas, elas estarão disponíveis. Não tiraremos cópia uma a uma para os pedidos, mas estão disponíveis.

E não admito questionamento à minha honra por quem quer que seja, se isso estiver sendo dirigido a mim!

Queria continuar respondendo.

(*Manifestações paralelas da plenária fora do microfone. Inaudíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Eu queria garantir a palavra para o Murilo responder os questionamentos, em respeito inclusive aos questionamentos. Estamos na fase final, na fase de conclusão, e esses questionamentos e dúvidas que a gente tem podem ficar para outra oportunidade.

Repasso a palavra ao senhor Murilo Flores.

O SR. MURILO FLORES - A Fatma não pode canetear, não é uma decisão pessoal: "eu gosto, não gosto, prefiro...". O meu sonho era que a Encosta da Serra fosse toda sem nenhum empreendimento industrial. Cabe à Fatma decidir, à luz dos estudos que foram feitos, se o licenciamento vai ser possível ou não.

Digo a vocês que há muito tempo ainda para debates. Por quê? Como eu disse antes, a informação que temos é que, não antes de setembro, será feito o pedido da LAI. Feito o pedido da LAI, ainda alguns meses transcorrerão até a Fatma poder concluir pela liberação dessa LAI. E não é que feita a LAP o assunto está encerrado e a empresa estará instalada na região. Há tempo para muitas audiências públicas, sejam elas pelo debate político, de visão política, no sentido macro da palavra, sejam elas de criar... E aqui, deputado, eu queria lhe fazer esta proposta: que existisse outra metodologia que não só esse tipo de audiência pública, que existisse outra metodologia que permitisse uma análise do ponto de vista técnico, porque esse tipo de audiência pública não permite. Não serão em dez minutos, lendo três ou quatro páginas de um calhamaço de três mil páginas, que a gente vai conseguir expor tecnicamente.

Sugiro, portanto, dois tipos de metodologia: a da audiência pública para um posicionamento da sociedade e a de um debate mais técnico, que permita espaços para uma análise mais detalhada da documentação, que está disponível. A Fatma está ao seu dispor, deputado, para contribuir para qualquer uma dessas discussões.

Por fim, eu queria dizer - fui perguntado também - que a LAP foi emitida no dia 13 de abril deste ano e tem um prazo de validade de 24 meses. Isso é legislação, são os prazos legais de vigência das diferentes licenças ambientais. Isso tudo está nas mãos do deputado Décio Góes e à disposição das senhoras e dos senhores.

Desculpem pela minha exaltação num determinado momento, mas vim aqui a esta audiência pública de forma absolutamente transparente para contribuir para os debates que as senhoras e os senhores querem ter e que a Fatma está disponível para fazê-los.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Queria agradecer ao presidente Murilo Flores, um dos nossos convidados, que veio

aqui para tratar bem e para as senhoras e os senhores nos ajudarem nesse esclarecimento.

Aqui, primeiro nós temos uma preocupação grande de que temos que lutar por uma Fatma, como disse o presidente, forte, transparente e eficiente, sabendo que a Fatma não é um órgão legislador (o legislador está aqui na Assembleia Legislativa), e sim o órgão executor da política ambiental de Santa Catarina. Temos que lutar para fortalecer a Fatma, haja vista que outros órgãos ambientais têm cerca de 1.800 servidores cada um. É só para vocês sentirem a grandeza da assessoria técnica que esses Estados têm. Em Santa Catarina não passa de 220, pela informação que a gente tem. Então, a Fatma precisa se fortalecer para a gente cada vez mais poder exigir um bom serviço dela.

Agradeço a presença da senhora Marta Régis Fogaça, secretária de Turismo, Meio Ambiente, Indústria e Comércio do município de Gravatal, neste ato representando a Associação de Turismo Hidrotérmico de Santa Catarina (ATHISC).

Sugeri esta audiência para se buscar articular, já que a gente não tinha confirmação da empresa IFC, o movimento de pessoas, o que já é feito por vários segmentos que querem esclarecimentos. A ideia seria a gente articular um grupo de trabalho aqui com cinco, seis representantes de todos os movimentos articulados para poder organizar as próximas audiências públicas, que, a meu ver, seriam quando a empresa pudesse confirmar a sua presença. Como a empresa me garantiu que na próxima iria, a partir de amanhã já convocaria a empresa para ela me dar uma data no próximo mês de agosto, para podermos agendar essa audiência. Fariamos o inverso, para não ter o desconforto de não tê-los aqui.

Seria um encaminhamento: fariamos um grupo de trabalho para organizar, porque contamos com todos os movimentos, mas precisamos de ajuda para articular a audiência. Não é possível a Assembleia capitanear isso, esse é um movimento da sociedade, ou então ele não tem legitimidade. Na Assembleia nós reproduzimos o movimento que há na sociedade.

Um compromisso que eu assumo é agendar com a empresa, a partir de amanhã, dando retorno da consulta e da sugestão deles; outro, seria digitalizar o documento que eu recebi e passar para todos que nos fornecerem e-mail - está disponível aqui. Esse documento está para consulta lá na Fatma, e aí tem que ir lá consultar as três mil páginas. A gente compreende isso, porque aqui não dá para fazer cópia para todos. Agora, nós podemos receber uma cópia e disponibilizá-la para consulta aqui na biblioteca da Assembleia, que agora fica aqui no hall, no acesso. Seria outro ponto de consulta, para a gente poder popularizar.

Outra sugestão seria aprovarmos aqui uma moção ao governo estadual e ao governo federal solicitando estudos alternativos para a questão dos fertilizantes a partir tanto de dejetos humanos como de suínos. Enfim, teríamos uma moção aqui aprovada solicitando estudos nessa área, como uma alternativa.

Seriam algumas sugestões aqui de encaminhamento.

Passo a palavra ao deputado Lício Mauro da Silveira, tem um encaminhamento para fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (SC) - Escutamos atentamente todas as 28 pessoas que aqui expressaram as suas opiniões, logicamente inseridas no contexto de todas elas, e dá para ver perfeitamente que os encaminhamentos que os deputados Décio e Joares fizeram foram muito importantes.

Gostaria também de falar ao senhor presidente da Fatma. A cópia da LAP que ele forneceu ao deputado Décio está em nossas mãos, e o que ele disse ali é verdadeiro, só me chamou a atenção alguma coisa. Porque eu não tenho nada com a Fatma, mas que sirva de atenção principalmente aos moradores de Anitápolis - a cidade tem esse nome em homenagem a Anita Garibaldi. *(Passa a ler.)*

"Essa LAP é válida por 24 meses, a contar da presente data, conforme processo de licenciamento da Fatma". A preocupação minha é a seguinte: *(Continua lendo.)* "Esta licença não autoriza os cortes ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica". Está justificado no verso.

Por que estou lendo isso aqui? Porque eu escutei muitos companheiros de Anitápolis dizerem que já está havendo desmatamento e assim por diante. Então, é bom a gente verificar e ficar atento a esse processo.

Chegou às minhas mãos neste momento um encarte publicado no Diário Catarinense em abril deste ano (*Sic*) (aí é que eu queria que colocassem o encaminhamento ao excelentíssimo senhor governador, isso nem cabe encaminhar ao presidente da Fatma) que diz o seguinte: "Bunge e Yara Brasil investem em Anitápolis. O governador..." Isso aqui não tem nada de político. Pelo amor de Deus, não levem para o lado político, levem para o lado positivo ou negativo desse investimento. Não estou aqui criticando a, b, c ou d, porque os governos mudam, vêm uns e outros vão, e vocês sabem que o que falta no nosso país é continuidade administrativa. Esse é o grande pecado nosso.

O encarte diz o seguinte *(Passa a ler.)*: "O governo Luiz Henrique da Silveira, do PMDB, assinou ontem um protocolo de

intencões entre o governo do Estado e as multinacionais Bunge e Yara Brasil. As empresas investirão R\$ 550 milhões na construção de uma fábrica de fertilizantes em Anitápolis, na Grande Florianópolis. O governador garantiu que o Estado fará a sua parte para estimular a instalação do empreendimento, concedendo os incentivos fiscais ao seu alcance, para tornar viável o empreendimento. A *joint venture* dessas empresas, criada pela iniciativa de duas empresas, será chamada de Indústria de Fosfatos Catarinense e deve resultar na criação de cerca de dois mil empregos diretos e indiretos. A solenidade será realizada no Teatro Álvaro de Carvalho, na Capital. O investimento será feito nos próximos três anos".

Sobre a "verba", entre aspas, esse investimento de R\$550 milhões, ressaltou um determinado secretário que, além de outros incentivos, o governo está assegurando condições para que a população volte para Anitápolis. A cidade, que tinha cerca de oito mil habitantes há quinze anos, atualmente conta com cerca de três mil habitantes. E não é a única cidade em que está acontecendo isso, o que falta são realmente políticas para manter o pessoal lá.

O que eu queria, para encaminhar isso aí, é que fosse feito pela Comissão que V.Exa. preside um encaminhamento ao senhor governador para que ele realmente tome alguma decisão em relação a esse assunto no sentido de que, no momento, não prospere esse investimento em Anitápolis. É só esse encaminhamento que eu gostaria que o senhor colocasse, através da presidência da Comissão.

Entrego em anexo ao senhor esse dado aqui, o restante faz parte do meu processo interno.

Há mais coisas aqui, por isso vou dar todo o documento para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, deputado Lício. Eu gostaria que o senhor formulasse aqui o texto, para a gente aprovar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (SC) - Está gravado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Passo a palavra ao deputado Sargento Soares, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Como disse inicialmente, eu descobri hoje que havia essa proposta, então, quem sabia há uma semana ou há dois meses, como alguém disse aqui, sabia há mais tempo do que eu, que soube por volta das 15h por uma pessoa que trabalha no meu gabinete - que inclusive é de Santa Rosa de Lima. Ela esteve lá e disse que iria haver uma audiência pública assim, assim e assado, então eu vim aqui para aprender.

Muito rapidamente, deputado Décio, de acordo com todos os encaminhamentos que foram tomados até aqui, especialmente por esse último sugerido pelo deputado Lício - porque era governo para gostar de dar incentivo fiscal para multinacional! -, queria dizer que tudo que ouvi aqui na tarde de hoje de vocês, seja do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista cultural, evidentemente são todos pontos de vista humanos. E estou convencido e estou com vocês nesse movimento contra a instalação da fosfateira em Anitápolis ou em qualquer outra área. Me chamem para todas mobilizações que houver nesse sentido. No meu gabinete ou em qualquer espaço que eu puder ser encontrado, quero somar a este movimento porque estou plenamente convencido de que não deve ser instalada a fosfateira em Anitápolis. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, deputado.

Foram propostas as duas moções: divulgar os documentos recebidos pela nossa rede que estamos estabelecendo e deixar disponível o documento aqui embaixo. Estávamos negociando com o presidente Murilo, e ele vai ver as condições técnicas de digitalizar as três mil páginas e disponibilizá-las. É lógico que isso não vai ser de hoje para amanhã, a gente sabe disso e vai ter essa compreensão. Enquanto isso nós vamos disponibilizar esse documento aqui, que também está disponibilizado na Fatma para consulta.

Outra questão é o grupo de trabalho. Estamos propondo que o fórum dos municípios da Serra da Encosta da Serra Geral coordene esse grupo de trabalho, como, na verdade, veio coordenando até aqui. Nele se inserem então os movimentos populares, as organizações que querem participar - o nosso coordenador-geral hoje é o prefeito Celso Heidemann -, as Câmaras de Vereadores, a Assembleia, através da Comissão do Meio Ambiente, as universidades e os movimentos sociais. Todos nós estamos nessa proposta, articulados com o fórum dos municípios da encosta da Serra Geral.

Pode ser assim? Acho que representa o espírito das nossas audiências. *(A plenária aquiesce.)*

Havia mais duas propostas. O deputado Ponticelli tem a palavra para concluir a sua proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOARES PONTICELLI (SC) - Com relação ao Comitê da Bacia do Rio Tubarão, se a Fatma não puder fornecer a cópia, gostaria de propor a V. Exa. que nós dois nos cotizemos para, assim que o material chegar, fornecer a cópia lá para o

Comitê, aqui na Assembléia. (*Palmas.*) Quanto à próxima audiência, apelo a V. Exa. que encaminhe que possamos fazer lá, porque é a bacia que vai sofrer o maior impacto.

Espero, então, que a próxima audiência seja feita lá.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - A princípio, há duas idéias: fazer uma audiência pública na região mais para Braço do Norte e outra mais lá na região de Tubarão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOARES PONTICELLI (SC) - Acho que pode ser na de Tubarão, ou até em Laguna, em função do Complexo Lagunar. Acho que a primeira é Braço do Norte.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Pode ser, prefeitos, coordenadores? (*A plenária aquiesce.*)

Passo a palavra ao senhor Ademir Milo Motta da Silva.

O SR. ADEMIR MILO MOTTA DA SILVA - Vou ser rápido. A proposição que eu vou fazer é uma reafirmação e uma retificação de uma proposição, seguindo a linha de raciocínio que aconteceu nesta audiência. Acho que pelo menos conseguimos dar uma visibilidade acreditando na posição do Murilo Flores, na sua proposta do deputado Décio e do deputado Joares, acreditando na proposta de fortalecimento da Fatma. Então, quero sugerir, numa linha de raciocínio de que uma questão é mais de embasamento político e de força política, que aconteceu aqui, e que uma outra é técnica, de estudo técnico, que vai nos dar sustentação para a tomada de decisão, também política, que a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que é pluripartidária, possa de alguma forma agregar pessoas do movimento contrário à IFC nesse grupo. Que aproveite Universidade Federal e as demais universidades do Estado de Santa Catarina, a própria Unisul, porque, vejam bem, se na próxima audiência tivermos que fazer discussões além da questão política, questões no campo técnico, nós, no movimento, temos uma deficiência de formação do ponto de vista técnico, viu, Murilo, por isso a nossa insistência.

Então, nós precisamos de um grupo, e aí vejo que já houve manifestações de várias de pessoas de áreas específicas das universidades que podem nos ajudar.

Acredito que a Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa poderia dar as condições básicas mínimas de reunir esse grupo técnico, claro, com membros também do próprio movimento, para fazer um estudo mais aprofundado do ponto de vista técnico, que será a nossa base de tomada de decisão política também, até porque houve técnicos aqui denunciando questões tecnicamente bem contundentes. Acho que tem que se dar vazão a isso.

Era essa a minha proposta.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Milo. Enquanto tu estavas falando, eu conversava com o professor Wilson Schmidt, e para a Universidade Federal é possível fazer esses estudos. E vão buscar outros parceiros, como a Unisul e a Udesc. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao senhor Nelson Jacomel Júnior.

O SR. NELSON JACOMEL JÚNIOR - Não vou me alongar, já falamos bastante, quero só retomar aquilo que o Murilo apontou e, dentro dessa linha do técnico e do político, lembrando a não dissociação dessas coisas, que o Jorge também apontou, creio que a próxima audiência implica que seja apresentada exatamente a proposta que foi debatida dentro do documento que contém as três mil páginas.

Minimamente, sugiro que o pessoal da Fatma apresente isso na próxima audiência. Quero crer que isso, sim, cabe dentro de uma audiência pública de fato, na continuidade, e aí a gente consegue pelo menos conhecer com detalhes aquilo que nós já estamos nos manifestando em desacordo.

Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Para fazer o encerramento: nós sabemos que esta audiência pública não faz parte da audiência pública do rito legal da aprovação, mas ela é uma audiência pública do ponto de vista político extremamente importante, porque nós articulamos todas as pessoas, os movimentos que querem esclarecimentos. Aqui não estamos ainda posicionando se é contra ou a favor, nós queremos esclarecimentos para que o que for feito, seja o melhor possível.

Todos querem esclarecimento, nós estamos aqui articulados, e o nosso grupo de trabalho tem a coordenação do fórum dos municípios da encosta da Serra Geral. Nós vamos seguir nesse movimento com pelo menos mais duas audiências, que já estão pré-agendadas, e aí vamos garantir a presença da empresa e seguir nesse movimento de esclarecimentos.

A Fatma, com a mesma disponibilidade que veio a esta audiência, não tenho dúvida de que vai se fazer presente nas demais. E até lá nós já teremos contribuição do grupo técnico, que vai dar apoio ao movimento. E ficou como nosso responsável técnico o professor Wilson Schmidt, que vai nos ajudar a fazer a ponte com as universidades.

Dessa forma, entendemos que as propostas foram aprovadas: relativas às moções, que o pessoal achou importante, a receber os documentos pela Internet, fazer a rede.

Com esses encaminhamentos, quero agradecer a presença de todos. Aqui só temos lideranças. Há uma representatividade

extremamente significativa aqui de pessoas de muita garra, que ficaram até esta hora.

Agradeço à TVAL, aos nossos funcionários da Assembleia Legislativa, aos servidores da Casa, aos taquígrafos que vão documentar toda a nossa audiência pública, a todos os nossos convidados da mesa.

(*Encerra-se a presente audiência pública.*)

DEPUTADO DÉCIO GÓES

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1698ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-presidente, Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1698ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1537/09, de Ana Maria Maia Ramos; Processo nº 1549/09, de Sânia Barreto; Processo nº 1550/09, de Roberto Pereira Rodrigues. Continuando, Consulta Of. CL nº 0357/2009 de 13/08/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do 13º Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2005-00, celebrado com a Empresa DOBEL - Distribuidora de Diário Oficial de Brasília e Estados Ltda. O Processo nº 1410/09, de Mirian Alice de Athayde Furtado Krieger, foi retirado de pauta pelo relator. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1551/09, de Cláudia Regina do Nascimento; Processo nº 1552/09, de Vánio Niehues; Processo nº 1534/09, de Imer Caldas; Processo nº 1455/09, de Anibal Cantalicio Estanislau; Processo nº 1391/09, de Luiz Carlos Guiotto e Ofício nº 094/2009 de 17/08/09, Interessado: Cesar Luiz Belloni Faria "Ofício TCE/SEG nº 12.206/2009 de 12/08/09, referente a aposentadoria da servidora Maria Helena Bargellini". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1501/09, de Daura Navegantes Menezes de Aguiar; Processo nº 1505/09, de Lenir Martins Andrade Luz; Processo nº 1506/09, de Marcelo de Paula Ribeiro; Processo nº 1553/09, de José Agrício Gonçalves; Processo nº 1554/09, de Jacqueline de Oliveira Vicente Bittencourt e Consulta Of. CL nº 0349/2009 de 11/08/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão Presencial, aquisição de móveis para 1ª Secretaria da Mesa Diretora da ALESC". 4) Relatoria do Dr. Fábio de Magalhães Furlan, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1412/09, de Marcelo Braga Lopes; Processo nº 1448/09, de Amilton Gonçalves; Processo nº 1456/09, de José Alberto Braunsberger; Processo nº 1467/09, de Jorge Clênio da Silva; Processo nº 1468/09, de Jonas Lemos Campos; Processo nº 1469/09, de Adiel Fernandes Cipriano; Processo nº 1470/09, de Alair Nazarete Pacheco; Processo nº 1536/09, de Antônio Carlos Silva de Oliveira; Processo nº 1538/09, de Vilson Vieira; Processo nº 1532/09, de Altamiro Osmer Koerich; Ofício nº 4503 de 16/06/08, Interessado: Roberto Masami Nakajo - Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis "Processo RT 07785-2008-026-12-00-4 - Autos: Ângela Regina da Cunha Leal - Réu: COAB-SC". Continuando, aprovado parecer por maioria a Consulta CL nº 0343/2009 de 06/08/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Dispensa de Licitação e Convênio entre FEPESE e ALESC". 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1545/09, de Rosilene Maria Sodré; Processo nº 1546/09, de Vera Lúcia Cardoso Damasco e Processo nº 1525/09, de Sânia Barreto. 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1541/09, de Rita de Cássia Althoff Coutinho; Processo nº 1542/09, de Lúcia Helena Coelho Prazeres; Processo nº 1533/09, de Isabella de Araújo Brand Flores; Processo nº 1516/09, de Rita de Cássia dos Santos; encaminhado pelo Diretor Geral da ALESC em 17/08/09, Interessada: Valéria da Silva de Bem "Alterar a conta corrente em que recebe a pensão alimentícia do servidor Mansur Melquiades Elias Júnior e Ofício nº 73390.1/PJG de 07/08/09, Interessado: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador Geral de Justiça de Santa Catarina "Atendimento da solicitação que consta no Ofício nº 0186/2009/26PJ/CAP". 7) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1539/09, de Silmara Quintão da Silveira; Processo nº 1540/09, de Rosevalda Correia;

Processo nº 1583/09, de Carmem Lúcia Marian Souza; Processo nº 1584/09, de Zenaide Meyer; Processo nº 1535/09, de Ruben César Farah e Consulta Of. CL nº 0361/2009 de 18/08/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Inexigibilidade de Licitação - aquisição de quota de participação do 1º Encontro Sul-Americano e 42º Encontro Estadual no dia do Maçom em Balneário Camboriú". 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1547/09, de Olívio Armando dos Santos; Processo nº 1548/09, de Romeu Franzoni Júnior; Processo nº 1523/09, de Claudir José Martins; Processo nº 1049/09, de Andre Luiz Pacheco Furtado e Consulta Of. CL nº 0351/2009 de 11/08/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão Presencial - aquisição de licenças para solução corporativa contra vírus e suporte técnico". 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1543/09, de Elias Bruno Steimbach; Processo nº 1544/09, de Kátia Lottin; Processo nº 1585/09, de Daniela Cristina Pereira e Ofício nº 871/2009 - ER03 - 200990121280, Interessado: ANATEL - Curitiba - Paraná "Notificação da Decisão sobre Recurso Administrativo". Continuando, o relator apresentou em extra pauta a Consulta - Ofício nº 267/CARF/2009 de 13/08/09, Interessada: Izete Silva - servidora aposentada da ALESC "solicitação das cópias dos pareceres jurídicos referente ao Benefício do artigo 90, da Lei nº 6.745", que teve o parecer indeferido por unanimidade. Antes de encerrar os trabalhos, Dr. Fábio de Magalhães Furlan falou da viagem a Brasília, onde foi recebido pelo Ministro Marco Aurélio e outras autoridades de Santa Catarina, para falar do assunto que envolve a Emancipação de Pescaria Brava e Balneário Rincão. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e seis (26) de agosto. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 19 de agosto de 2009.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia dezessete de junho do ano de dois mil e nove, sob a presidência do senhor Deputado Renato Hinnig, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da segunda reunião ordinária da Comissão, que contou com a presença dos senhores deputados Elizeu Mattos, Serafim Venzon, Antônio Plínio de Castro e Edison Andrino, este, substituindo o deputado Herneus de Nadal. O senhor presidente cumprimentou os membros presentes e colocou em deliberação e votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, pela ordem de chegada, passou a palavra ao senhor deputado Edison Andrino, que informou não ter matéria para relatar. Na seqüência o senhor deputado Elizeu Mattos relatou o **PL/0016.9/2009**, de autoria do **deputado Cesar Souza Júnior**, que "**Estabelece o procedimento para recuperação extrajudicial do consumidor inadimplente.**", proferindo parecer com voto pela aprovação do projeto. Colocado em discussão o parecer, foi aprovado por unanimidade. Na ordem, o senhor presidente Deputado Renato Hinnig relatou o **PL/0042.0/2009**, de autoria do **Governador do Estado** que "**Autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Palhoça**", oferecendo parecer com voto favorável ao mesmo. Em votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Na seqüência o senhor presidente relatou o **PL/0084.0/2009**, de autoria do **deputado Cesar Souza Júnior** que "**Reconhece o Município de Porto Belo como Capital Catarinense dos Transatlânticos.**" ao qual foi favorável. Em discussão, e não havendo quem o queira discutir, foi aprovado por unanimidade. Pela ordem, o senhor deputado Serafim Venzon relatou o **PL/0137.6/2008**, de autoria do **deputado Darci de Matos** que "**Dispõe sobre afixação de placas em estabelecimentos que especifica**", oferecendo parecer com voto favorável ao mesmo. Em discussão, o senhor deputado Edison Andrino solicitou vista em gabinete, que foi concedida. Seguidamente o senhor deputado **Serafim Venzon** relatou o **PL/0278.7/2008**, de autoria do **deputado Julio Garcia** que "**Dispõe sobre a cassação de eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativa à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS**", apresentando parecer favorável. Em discussão, o senhor deputado presidente Renato Hinnig solicitou vista em gabinete, que foi concedida. Na ordem, o senhor presidente fez a leitura do requerimento do senhor deputado Dirceu Dresch, versando sobre a realização de audiência pública para **debater o Programa Microempreendedor Individual - MEI**. Passou a palavra ao senhor deputado Dirceu Dresch, que destacou a importância do

programa para a sociedade e solicitou a aprovação do requerimento. O senhor presidente deputado Renato Hinnig, informou ser favorável à audiência pública e os demais senhores deputados manifestaram-se favoráveis à proposição, a qual foi aprovada por unanimidade. Na seqüência o senhor presidente fez a leitura do requerimento do senhor deputado Edison Andrino, solicitando a realização de audiência pública para discutir "**A sonegação fiscal do combustível álcool hidratado em Santa Catarina**". Posto em discussão o senhor deputado Edison Andrino defendeu o mesmo, que restou aprovado por unanimidade. Ainda, pela ordem, o senhor presidente fez a leitura do requerimento do senhor deputado Antônio Aguiar, solicitando a realização de audiência pública para discutir sobre "**Cartões de Crédito: Regulamentação, custos elevados, juros abusivos na rotatividade**". Em votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual eu, Maria Natel Scheffer Lorenz, assessora da Comissão, lavei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Deputado Renato Hinnig

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2009

OBJETO: **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS AO NOVO RESTAURANTE DA ALESC.**

DATA: 14/09/2009 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 14 de setembro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 27 de agosto de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.286, de 26 de agosto de 2009

Aprova nome para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 61, § 1º, da Constituição do Estado e do art. 321 do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o nome do cidadão Julio Garcia, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA - VERDE, em Florianópolis, 26 de agosto de 2009.

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 111/2009

REFERENTE: Contrato CL nº 022/2009-00, celebrado em 13/08/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Graves e Agudos Comércio de Instrumentos Musicais Ltda.

OBJETO: O presente Contrato se refere à aquisição de equipamentos para os sistemas de sonografia do hall de acesso principal, Plenário, Plenarinho, Auditório, Sala das Comissões do Palácio Barriga-Verde e para as sessões itinerantes do Poder Legislativo, de acordo com as especificações constantes do Edital CL nº 027/2009.

VALOR: R\$ 330.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 027/2009; E Autorização para o Processo Licitatório n.º 041/2009 e 042/2009

Florianópolis, 13 de Agosto de 2009.
Deputado Jorginho Mello - ALESC
Flávio P. Marcelino - GRAVES & AGUDOS COM. DE INSTRUMENTOS
MUSICAIS LTDA.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 112/2009

REFERENTE: Convênio CL n.º 011/2009-00 celebrado em 20/08/2009.
CONVENIENTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC
CONVENIENTE: Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE

OBJETO: O presente Convênio tem por finalidade a formalização de condições básicas para a realização de estágios de estudantes junto à ALESC, que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental (de jovens e adultos), tendo a FEPESE com o Agente de Integração.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008, Dispensa de Licitação 004/2009, e Autorização Administrativa.

PRAZO DE VIGÊNCIA: compreende o período entre a data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser aditado e/ou prorrogado a qualquer tempo.

Florianópolis, 26 de Agosto de 2009

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

Guilherme Júlio da Silva - Presidente da FEPESE

*** X X X ***

Extrato Nº 113/2009

REFERENTE: Dispensa de Licitação CL n.º 004/2009 celebrado em 20/08/09.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE (CNPJ: 83.566.299/0001-73)

OBJETO: Contratação da FEPESE para intermediação e administração na contratação de estagiários à luz do que estabelece a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, compreendendo os estagiários matriculados em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos alunos cursando os anos finais do ensino fundamental, viabilizando a celebração do Convênio CL 011/2009-00.

VALOR GLOBAL PARA OS 12 MESES DO ANO: R\$ 2.254.540,80 (dois milhões duzentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Sub-Elemento 3.3.90.37-7 (Estagiários) do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93;

Processo Licitatório nº 040/2009.

Florianópolis, 26 de Agosto de 2009.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 296/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1108

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em consonância com o disposto no art. 40, XXIII, "a", da Constituição do Estado e tendo em vista a manifestação do Tribunal de Contas de Santa Catarina, apresento a Vossa Excelência a indicação do nome do senhor Júlio Cesar Garcia para ocupar a vaga de Conselheiro daquela Corte.

Florianópolis, 25 de agosto de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/08/09

Republicado por Incorreção

*** X X X ***

PORTARIA

PORTARIA Nº 1736, de 26/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art.154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONSTITUIR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, formada pelos servidores abaixo relacionados, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar os fatos narrados no ofício INFO nº 141/09, datado de 25 de agosto de 2009, subscrito pelo Coordenador de Informática Carlos Mestre Crespo Luz.

matr	nome do servidor	cargo	FUNÇÃO
0717	Cecília Biesdorf Thiesen	Consultor Legislativo II	Presidente
2198	Samir Machado	Analista Legislativo	Membros
0937	Reinhard Richter	Consultor Legislativo II	

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 325/09

Acresce parágrafo 1º, 2º e 3º suprimindo parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 11.069, de 29 de dezembro de 1998 que dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins no território do Estado de Santa Catarina, para proibir a importação e comercialização no Estado catarinense de agrotóxicos, cuja comercialização esteja proibida no país de origem e adota outras providências.

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 3º da Lei nº 11.069, de 29 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins no território do Estado de Santa Catarina, o parágrafo 1º, 2º e 3º suprimindo o seu parágrafo único, passando a figurarem com as seguintes redações:

"Art. 3º Os agrotóxicos, bem como seus componentes e afins, só poderão ser produzidos, transportados, armazenados, comercializados e utilizados no Estado se registrados no órgão federal competente e cadastrados nos órgãos estaduais próprios, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º É vedada, no Estado de Santa Catarina, a importação ou comercialização de substâncias agrotóxicas e biocidas em cujo país de origem, o produtor ou detentor do registro, tenha sido impedido de comercializar o seu produto, devendo o produtor ou importador, apresentar documento oficial probatório - por tradutor juramentado - sobre a liberação da comercialização no país de origem.

§ 2º É proibida a comercialização no Estado de Santa Catarina de qualquer espécie de produto que tenha se utilizado, direta ou indiretamente de substâncias agrotóxicas vetadas pelo parágrafo primeiro desse artigo.

§ 3º As empresas produtoras de agrotóxicos, para comercializarem seus produtos no Estado, deverão patrocinar ações educativas, especialmente junto aos estabelecimentos escolares rurais, voltadas principalmente às crianças e aos jovens, no sentido de orientá-los no uso adequado dos agrotóxicos e na criação de hábitos de preservação do meio ambiente."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Professora Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 26/08/09

JUSTIFICATIVA

O grupo multidisciplinar formado pelo Ministério Público de Santa Catarina, IBAMA, FATMA, CIDASC, EPAGRI, LACEN, Secretaria de Estado da Agricultura, Ministério da Agricultura, Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária, Centro de Informações Toxicológicas, CREA/SC, Ministério Público do Trabalho e pela Polícia Militar Ambiental, com intento de discutir estratégias de combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, sua fiscalização e comercialização, identificaram a existência da importação e comercialização no Estado de Santa Catarina de diversos produtos agrotóxicos proibidos nos seus países de origem.

Dentre eles podemos citar o **PARAQUATE**, substância permitida para as culturas de abacate, abacaxi, algodão, arroz, aspargos, banana, batata, beterraba, cacau, café, cana-de-açúcar, chá, citros, coco, couve, feijão, maçã, milho, pastagens, pêra, pêssego, soja, sorgo, trigo e uva.

Segundo informações do Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior) o Brasil importou oitenta e duas (82) toneladas de Paracetamol no ano de 2006, ano em que foi proibido pela União Europeia sob a suspeita de ser carcinogênico. Em 2008, os registros até julho mostram que o Brasil compra uma quantidade trezentas e onze (311) vezes maior.

Outro exemplo é o **PARATION METÁLICO**, desde que foi banido da China em 2006, a importação brasileira do produto duplicou de um ano para outro, saltando de 2,3 milhões de quilos para 4,6 milhões de quilos em 2007.

Ou seja, produtores de agrotóxicos sediados em países pertencentes à União Europeia, nos Estados Unidos da América, China etc., que não podem ali comercializar seus produtos por serem legalmente vetados pelos mais variados motivos, inclusive por serem prejudiciais à saúde humana, encontram no Estado catarinense um mercado para comercializá-los.

Essa proibição de comercializá-los em seus países de origem vai desde o uso de substâncias altamente perigosas em graus maiores ou menores em nocividade à saúde, utilizando-se, inclusive, de substâncias banidas.

Ciente desses fatos o Estado do Rio Grande do Sul produziu a Lei 7.747/82, onde estabeleceu vedante legal para a comercialização dessas substâncias.

Lei que foi discutida por duas vezes no âmbito do Supremo Tribunal Federal através dos Recursos Extraordinários de números 1135 e 286.789-6, cada qual analisado sob a égide de uma Carta Constitucional (RE 1135 sob a CF/69; RE 286.789-6 sob a CF/88).

Em ambos os casos foi reconhecida a legitimidade e legalidade da Lei Estadual em disciplinar e, portanto, proibir substâncias agrotóxicas de serem comercializadas.

Nessa esteira cabe destacar parte do acórdão da Ministra Ellen Gracie, relatora do RE 286.789-6:

[...]

4. Os produtos em tela, além de potencialmente prejudiciais à saúde humana, podem causar lesão ao meio ambiente. O Estado do Rio Grande do Sul, portanto, ao fiscalizar a sua comercialização, também desempenha competência outorgada pelos artigos 23, VI e 24, VI da Constituição atual. [...]

Portanto, o Estado de Santa Catarina através do seu poder Legislativo está outorgado dos poderes legais para disciplinar a presente matéria, podendo vetar a comercialização e importação de produtos que entenda nocivos ao povo catarinense.

Inclusive cabe destacar que cada vez mais há em Santa Catarina casos de intoxicação com produtos agrotóxicos, que vão desde o desconhecimento no seu manuseio e aplicação, até a periculosidade excessiva de algumas substâncias.

Substâncias que são usadas na agricultura, por vezes de forma indiscriminada, e que acabam na mesa do povo Catarinense e Brasileiro, sendo, todos, envenenados dia-a-dia, pouco a pouco, tirando-lhes a saúde sem que assim saibam ou percebam. Nesse sentido, também se faz necessário proibir a comercialização em solo catarinense dos produtos produzidos em outros Estados da Federação e países, que se utilizem dessas substâncias que aqui se visa proibir.

Afinal, não é lógico somente proibir o produtor catarinense de se utilizar desses produtos enquanto os seus concorrentes diretos ou indiretos se valem dos mesmos, criando além de desequilíbrio competitivo, lesão à saúde do povo catarinense, que é quem essa lei visa em última análise proteger.

Assim sendo, ante a motivação exposta para este Projeto de Lei, pedimos o acolhimento da presente proposição e o consequente voto favorável dos nobres colegas desta Casa Legislativa, por se tratar de medida de relevante interesse público.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 326/09

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Derly Massaud de Anunciação.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Derly Massaud de Anunciação.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 26/08/09

JUSTIFICATIVA

Com formação em Administração de Empresas, direcionou sua carreira para o segmento da comunicação, atuando na gerência e direção geral de vários veículos de comunicação: TV Difusora, Jornal Zero Hora, Jornal de Santa Catarina e Diário Catarinense.

Como complemento de sua formação, fez vários cursos, como: Direção Estratégica, Recursos Humanos, Desenvolvimento Empresarial, bem como o de extensão na Kellogg Graduate School of Management, em Chicago.

Realizou estágios e visitas de aprendizado nos principais jornais do Brasil, Argentina, Uruguai, Estados Unidos, França e Espanha.

Recebeu várias importantes premiações, como Markentig Men (1992), Homem de Marketing SC (1996), Marketing Berst (1997), Top de Marketing Nacional (1988, 1996 e 1997), Profissional Propaganda do Ano (1996) e Publicitário do Ano (1996-2004).

Atualmente é Conselheiro Administrativo na CELESC e Conselheiro na ADVB (Associação de Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil).

Em razão desse histórico, devidamente registrado através do *Curriculum Vitae* em anexo, bem como por toda a contribuição em favor de Santa Catarina é que apresento o presente Projeto de Lei, para conceder a Derly Massaud de Anunciação o título de Cidadão Catarinense, convidando aos parlamentares desta egrégia Casa de Leis a aprová-lo.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 327/09

Declara de utilidade pública a Sociedade Amigos do 23º Batalhão de Infantaria, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Sociedade Amigos do 23º Batalhão de Infantaria, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jean Kuhlmann

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Amigos do 23º Batalhão de Infantaria, de Blumenau, tem por finalidade e propósitos contribuir para o progresso de jovens a oportunidade de desenvolver a capacidade de liderança, responsabilidade social, espírito empresarial e companheirismo. A Sociedade tem sua sede no município de Blumenau e é uma associação de duração indeterminada, de caráter representativo, cultural, educativo, social e esportivo, sem fins lucrativos, no município de Blumenau.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 328/09

Declara de utilidade pública a JCI Rio do Sul, de Rio do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a JCI Rio do Sul, com sede no município de Rio do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 26/08/09

JUSTIFICATIVA

A JCI Rio do Sul, com sede no município de Rio do Sul, tem por finalidade e propósito contribuir para o progresso mundial proporcionando às pessoas jovens a oportunidade de desenvolver a capacidade de liderança, a responsabilidade social, o espírito empresarial e o companheirismo necessário para criar mudanças positivas na sociedade.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 329/09

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Centro/Escola Agrícola e Região, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Centro/Escola Agrícola e Região, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 26/08/09

JUSTIFICATIVA

O Conselho Comunitário de Segurança Centro/Escola Agrícola e Região, com sede no município de Blumenau, pretende ser reconhecido de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de apoio às instituições policiais estaduais nas relações com a comunidade, para a solução integrada dos problemas de segurança, com base na filosofia da Polícia Comunitária, com o objetivo de constituir um canal privilegiado pelo qual a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e o Comando Geral da Polícia Militar passarão a auscultar a sociedade, além de planejar e promover ações integradas de segurança, por meio da congregação das lideranças comunitárias do setor.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 330/09

Reconhece a utilidade pública da Associação dos Produtores de Leite - APROLEITE, com sede no município de Lages.

Art. 1º - Fica reconhecida a utilidade pública da Associação dos Produtores de Leite - APROLEITE, com sede no município de Lages.

Art. 2º - A entidade beneficiária ficam assegurados os direitos decorrentes da legislação afim.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Elizeu Mattos
Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados em prol da comunidade lageana, em especial de seus associados, conforme se pode aferir com a documentação acostada.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 331/09

Declara integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado o dialeto "Talian", originado dos italianos e descendentes radicados em Santa Catarina.

Art. 1º Fica declarado integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado, nos termos dos arts. 9º, incisos III e IV e 173, Parágrafo único, inciso I, da Constituição do Estado, o dialeto "Talian", a língua neolatina originária dos italianos e descendentes radicados em Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em
Deputado Moacir Sopelsa

Lido no Expediente

Sessão de 26/08/09

JUSTIFICATIVA

O Brasil conta, segundo estatísticas, com uma população acima de vinte e cinco milhões de descendentes de italianos, originários da grande Imigração Italiana Agendada, entre os anos de 1875 e 1914. Essa população, em mais de oitenta por cento, é originária das regiões do Trivêneto - composta por *Vêneto*, *Friuli Venézia Giúlia* e *Trentino Alto Adige* - e Lombardia.

Através dessa maioria trivêneto, as formas de linguagem vêneta, em suas variantes e como fenômeno de maioria, foram impondo-se aos demais falares. Sobretudo na Região Sul do Brasil - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - que foram base da imigração direta, e desta para os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (migração interna), os descendentes conservaram a *fala familiar*.

Destaque-se, ainda, a prevalência das falas dos trivênetos às quais se mesclaram palavras de outros falares regionais italianos, especialmente os *lombardos*, originários das províncias de *Cremona*, *Mântova*, *Bergamo* e *Bréscia* e com muita proximidade aos falares trivênetos.

A distribuição das famílias dos imigrantes em pequenas propriedades propiciou a prevalência pontual desta ou daquela forma de falar, perdendo-se, ao longo do tempo, as formas originais.

Os italianos que chegaram ao Brasil praticamente desconheciam a língua oficial da Itália. Logicamente, comunicavam-se pelo dialeto *vêneto*. Como as autoridades brasileiras não consideravam grupos linguísticos para a colonização, a homogeneidade perdeu-se entre as linhas e os travessões. Aos colonos, restou usar sua língua de origem, já que o próprio português demorou a se infiltrar. Ao redor de capelas, durante as missas, as comunidades encontravam-se e dialogavam da maneira mais fácil. Na capela, portanto, marcava-se o encontro de vários dialetos regionais, que acabaram fundindo-se uns aos outros. No decorrer dos anos, formaram grupos dialetais, com a fusão de dialetos não afins. O mais significativo dos dialetos, logicamente, predominava sobre os demais. É o caso do dialeto *vêneto*.

A língua foi enriquecida constantemente com novos termos e outros dialetos, numa dinâmica veloz. Palavras portuguesas foram incorporadas - o que é mais do que natural, principalmente porque várias delas não tinham tradução específica na língua italiana. Outras palavras portuguesas foram inseridas por absoluta preferência da comunidade daquela época. Foi aí que surgiu a nova língua, muito parecida aos dialetos *vênetos* falados na Itália, mas diferente de todos eles.

Tem-se, então, que da amálgama dos diferentes falares *trivênetos* e *lombardos* e, em pequena escala, dos falares de outras regiões, acrescidos da incorporação de palavras da língua portuguesa, formou-se uma nova língua, denominada pelos estudiosos de *TALIAN*, justamente para diferenciá-la da língua italiana oficial.

O *Talian* está ligado às origens da formação étnica de Santa Catarina. Falar sobre o *Talian* é remontar e reconstituir, no tempo e no espaço, a vida dos habitantes do Norte da Itália. O *Talian* é o idioma falado por um milhão de pessoas no Brasil, sendo considerada uma língua neolatina, com direito a figurar ao lado das clássicas línguas italiana, francesa, espanhola e portuguesa.

E, nesse sentido, é imperioso salientar que o *Talian*, com centenas de publicações literárias e didáticas, tais como cartilhas, dicionários e livros de gramática, é definido pelos estudiosos como uma língua formada no Brasil.

Faz-se mister destacar, igualmente, que se o imigrante participou ativamente da vida brasileira, provocando transformações substanciais na economia e na modernização da agricultura, o *Talian* foi o instrumento principal que eles utilizaram para ajudar a modernizar o País. Tal como os imigrantes italianos, o idioma falado pelos mesmos também contribuiu ao Brasil. Sem o *Talian*, as conquistas e vitórias ocorridas no Sul do País seriam mais difíceis e, por que não dizer, inalcançáveis. O *Talian* é, por isso, um idioma que merece o mais alto respeito de todos.

O *Talian* merece ser Patrimônio Imaterial de Santa Catarina. Merece porque ajudou a escrever a história de progresso e desenvol-

vimento do Brasil. Na história de nosso País e, notadamente, na história do Sul do Brasil, o *Talian* vai merecer, certamente, um capítulo à parte, pois foi ele que permitiu que esta região brasileira, dentre outras coisas, se comunicasse harmonicamente.

Impende, outrossim, reconhecer como parte integrante do nosso patrimônio cultural imaterial as diversas línguas faladas pelas várias comunidades de cidadãos brasileiros, eis que iniciativa de enorme relevância. Segundo o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), no Brasil são faladas cerca de duzentas e dez línguas, além do nosso Português oficial. Registrar e preservar essa riqueza linguística como manifestação da pluralidade cultural do nosso povo, é um importante passo em direção à democracia, à inclusão social, à garantia do direito à memória e ao fortalecimento da identidade cultural dos brasileiros.

É de se destacar, igualmente, a propriedade deste pleito em se considerando, notadamente, que neste ano comemoram-se os cento e trinta e dois anos da Imigração Italiana em Santa Catarina e no Brasil, constituindo-se, por si só, como mais uma homenagem àqueles que, mesmo não sendo filhos desta terra, acreditaram num sonho e adotaram Santa Catarina como sua morada.

Pelas razões expostas, e dado o grande significado histórico-cultural da língua *Talian*, rogo o apoio dos nobres Pares para que endossem a presente proposição, sobrevivendo, desta ação, o reconhecimento de todos os imigrantes italianos e descendentes, que ajudam a construir, a cada dia, nosso valoroso e pujante Estado.

*** X X X ***

Projeto de Lei nº. 332/2009

Dispõe sobre a remessa pelas editoras, como doação, de um exemplar de cada publicação para a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º - As editoras situadas no Estado de Santa Catarina deverão remeter como doação, à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, um exemplar de cada publicação que executarem.

§1º - Para efeito deste artigo, são consideradas publicações todas as obras impressas como livros, destinadas à comercialização ou à distribuição gratuita.

§2º - O disposto no presente artigo não se aplica a materiais promocionais de publicidade e propaganda, de qualquer espécie.

§3º - São consideradas obras diferentes as reimpressões e novas edições de qualquer modalidade de publicação.

Art. 2º - As obras deverão ser encaminhadas em mãos ou através dos correios, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar de seu lançamento, publicação e distribuição.

Art. 3º - A Biblioteca Pública de Santa Catarina, coordenará, publicará e distribuirá,

Anualmente, um boletim bibliográfico com todas as informações referentes às publicações remetidas.

Parágrafo Único - A publicação do boletim deverá ser efetuada pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Os referidos estabelecimentos terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para se adequarem às suas disposições.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

José Natal Pereira

Deputado Estadual PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/09

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como finalidade disponibilizar livros atualizados para os usuários da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, disseminando a informação para a população de nosso Estado.

Sabemos que o preço dos livros vem a ser muito alto, limitando o acesso de boa parte da população à leitura. As Bibliotecas também são utilizadas por estudantes que não possuem condições de arcar com o custo dos livros exigidos nos cursos.

Na sociedade da informação, o papel da biblioteca pública é de vital importância na medida em que se torna o grande centro disseminador da informação, atuando principalmente para diminuir as desigualdades existentes na sociedade Brasileira.

A denominação "biblioteca pública" pressupõe uma entidade prestando serviços ao Público em geral, independentemente das condições sociais, educacionais e culturais, mas essa finalidade se perde quando a mesma possui um acervo desatualizado e pouco variado, fazendo com que seus usuários percam o interesse pela mesma.

O presente projeto tem como finalidade permitir que a população de nosso Estado tenha acesso a um acervo atualizado e rico em literatura, formando um público leitor fiel, além de servir como alicerce do processo ensino-aprendizado.

Cabe ressaltar que o custo para os estabelecimentos abrangidos por esta Lei são praticamente nulos, pois a doação de um exemplar das obras não trará qualquer prejuízo para as editoras. Como se verifica, a presente medida só trará benefícios para a nossa população. Pelo exposto, peço a colaboração de meus pares para aprovarmos este projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 333/09

Dispõe acerca da notificação obrigatória nos casos de violência contra a criança e o adolescente pelos estabelecimentos de ensino no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os profissionais da rede de ensino estão obrigados, pessoalmente ou por meio da direção da instituição, a notificar diretamente o Conselho Tutelar ou a Vara da Infância e da Juventude da região qualquer suspeita de violência doméstica.

Parágrafo único. A omissão do profissional sujeito ao Estatuto dos Servidores Públicos que identificar situações de abuso, como negligência ou violência física, psicológica ou sexual, implicará em sanção administrativa prevista nos incisos I a III do artigo 136 da Lei 6.745, de 28 de dezembro de 1985, se não configurar infração disciplinar mais grave.

Art. 2º A convocação e orientação dos pais somente poderão ser feitas após a devida notificação acerca da violência aos órgãos competentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/09

JUSTIFICATIVA

A Constituição da República Federativa do Brasil fixa competência concorrente dos entes da Federação para legislar acerca do tema: proteção à infância e à juventude. Estabelece o artigo 24, inciso XV, que "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XV proteção à infância e à juventude.

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento está calcada em disposição constitucional a determinar que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar à criança e ao adolescente qualquer forma de negligência, exploração, violência e crueldade (art. 227). Nesse passo, o presente projeto visa a dar efetividade à disposição imposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual considera infração administrativa o fato de "o médico, o professor ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente".

Com efeito, a possibilidade de o Poder Público se valer dos estabelecimentos educacionais, locais frequentados diariamente por crianças e adolescentes, por meio de equipes multidisciplinares e em razão de sua proximidade, são capazes de identificar as situações de maus-tratos domésticos em escolas.

Cabe ressaltar que, por meio de pesquisa realizada nas escolas públicas do Estado de São Paulo, verificou-se que, em que pese estes profissionais sejam capazes identificar situações e características de maus-tratos domésticos, como também, de associar algumas de suas manifestações comportamentais, não estão preparados para solucionar adequadamente o caso, pois procuram orientar os pais em vez de encaminhá-los aos serviços de proteção à criança e ao adolescente. E tal procedimento pode colocar ainda mais em risco a integridade da vítima.

O estudo revela que há uma confusão de competências, uma vez que a escola busca solucionar problema de competência judicial do mesmo modo que resolve seus problemas escolares e pedagógicos, ou seja, por meio de convocação e orientação dos pais. A convocação e orientação dos pais, sem a devida notificação aos Conselhos Tutelares ou Varas da Infância ou da Juventude, além de caracterizar a omissão, é um procedimento que pode se converter em risco à própria vítima.

Assim, em razão do aparente descompromisso das escolas na denúncia de violência doméstica, o presente Projeto de Lei visa a instituir medidas a serem tomadas de modo a obrigar às instituições escolares na identificação de situações de abuso a notificação ao Conselho Tutelar da região.

Desta forma, considerando a pertinência da matéria, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

*** X X X ***